

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 148/2021
Data: 21/09/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS É ASSUNTO DE DEBATE NESTA TERÇA	4
ULTRACARGO PREPARA NOVO ACESSO FERROVIÁRIO EXCLUSIVO NO PORTO DE SANTOS	5
OPERAÇÃO DA MARINHA VISTORIA EMBARCAÇÕES DO PORTO DE SANTOS	6
PETROLEIROS SEGUEM EM GREVE NO PORTO DE SANTOS	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	7
ANTAQ APROVA NORMA SOBRE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE SOCIETÁRIO E TITULARIDADE DE CONTRATOS DO SETOR PORTUÁRIO.....	7
ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA VIRTUAL SOBRE EXTRAFRETE E SOBRETAXAS DO TRANSPORTE MARÍTIMO.....	8
PORTAL PORTO GENTE	9
COMUNIDADE DO PORTO DE SANTOS E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	9
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	10
MINISTRO DO MEIO AMBIENTE RECEBE DIRETOR DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO	10
USINAS DA COPERSUCAR PRESERVARAM ÁREA AMBIENTAL DO TAMANHO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	10
SUPERÁVIT COMERCIAL SOBE 40,3% E CHEGA A US\$ 54,52 BILHÕES NO ANO; CORRENTE DE COMÉRCIO SUPERA US\$ 352 BILHÕES	11
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	12
RODOVIA ESTRATÉGICA PARA O AGRONEGÓCIO NACIONAL É RESTAURADA PELO GOVERNO FEDERAL	12
PARANÁ FIRMA COMPROMISSO COM GOVERNO FEDERAL PARA REDUZIR ACIDENTES DE TRÂNSITO	13
"PASSOS FIRMES E CONCRETOS EM DIREÇÃO A UM PAÍS PRODUTIVO E MAIS EFICIENTE", DIZ SECRETÁRIO-EXECUTIVO NO MT	14
ISTOÉ - DINHEIRO	15
DÉFICIT NA BALANÇA COMERCIAL DO SETOR CHEGA A US\$ 27,2 BI ATÉ AGOSTO, DIZ ABIQUIM	15
BIDEN FALA EM MIRAR CENTENAS DE BILHÕES DE DÓLARES EM INFRAESTRUTURA COM G-7	16
CARTEIRA DE CRÉDITO DEVE CRESCER 1,6% EM AGOSTO, DIZ FEBRABAN	16
CAE DO SENADO APROVA BR DO MAR COM ALTERAÇÕES	17
MONEYTIMES	18
LUCRO DA LOUIS DREYFUS DISPARA NO PRIMEIRO SEMESTRE	18
EXPORTAÇÃO DE SOJA E CARNE DO BRASIL MANTÉM EXPECTATIVA DE ALTA EM SETEMBRO	19
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	20
RIO REGISTRA A GASOLINA COMUM MAIS CARA DO PAÍS, APONTA ANP	20
COMO O RATEIO DE CUSTOS DE ENERGIA PODE AUMENTAR A EFICIÊNCIA, GERANDO ECONOMIA ENERGÉTICA	23
GZH ECONOMIA	25
RESERVATÓRIOS DO SUBSISTEMA SUL DEIXAM DE PERDER ÁGUA E SOBEM 4% NO MÊS	25
RIO BUSCA R\$ 7,5 BI EM 2º LEILÃO DA CEDAE	25
JORNAL O GLOBO – RJ	26
GOVERNO E CONGRESSO NEGOCIAM PAGAMENTO DE R\$ 39,4 BI DE PRECATÓRIOS EM 2022, O QUE PODE ABRIR ESPAÇO PARA AUXÍLIO BRASIL	26
ALCOA ANUNCIA RETOMADA DA PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO NO MARANHÃO	28
SHELL LANÇA MARCA DE ENERGIA RENOVÁVEL NO BRASIL E PROMETE INVESTIMENTO DE R\$ 3 BI	29
ANAC APROVA MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO DOS AEROPORTOS SANTOS DUMONT E CONGONHAS.....	30
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	31
NOVO PLANO DA PETROBRAS VAI PREVER REFLORESTAMENTO PARA COMPENSAR EMISSÕES, DIZEM FONTES	31
BNDES APROVA EMPRÉSTIMO DE R\$ 166 MILHÕES PARA LINHAS DE TRANSMISSÃO DA ENERGISA	32
EM BUSCA DE SOLUÇÃO PARA PRECATÓRIOS, LIRA E PACHECO CHAMAM GUEDES PARA REUNIÃO	33
COSAN ANUNCIA A COMPRA DE FATIA NA RADAR POR R\$1,5 BI	34
ACORDO COM O CONGRESSO CRIA 'SOLUÇÃO' QUE JOGA ATÉ R\$ 50 BI EM PRECATÓRIOS PARA 2023.....	34
RUMO ASSINA CONTRATO PARA CONSTRUIR FERROVIA DE 730 KM EM MATO GROSSO.....	36
VALOR ECONÔMICO (SP)	37
SETOR DE NAVEGAÇÃO PREVÊ CRISE ATÉ 2ºSEMESTRE DE 2022	37
CRISE DA EVERGRANDE PODE AFETAR MINÉRIO DE FERRO E RECUPERAÇÃO DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA	39



EMPRESA JAPONESA QUER LANÇAR NAVIO DE CARGA MOVIDO A AMÔNIA ATÉ 2026	40
VENDAS DE AÇO VOLTAM A CRESCER EM AGOSTO EM RELAÇÃO A JULHO, APONTA INDA.....	42
ALCOA ANUNCIA RETOMADA DE OPERAÇÃO EM SÃO LUÍS PARA PRODUIR ALUMÍNIO	43
CUSTOS ELEVADOS INIBEM PROJETOS OFFSHORE	43
ANEEL AVALIA TRÊS PROJETOS DE USINA EÓLICA OFFSHORE, MAS DEVE AGUARDAR REGULAÇÃO ESPECÍFICA.....	44
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	46
CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO.....	46
FOLHA DE SÃO PAULO - SP	47
ANAC COLOCA EDITAL DE PRIVATIZAÇÃO DE CONGONHAS E SANTOS DUMONT EM CONSULTA PÚBLICA	47
PETROLEIRA SHELL PREVÊ R\$ 3 BI EM PROJETOS FOCADOS EM ENERGIA SOLAR NO BRASIL	48
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	49
SHELL AGUARDA MARCO REGULATÓRIO PARA TOCAR PROJETOS EÓLICOS OFFSHORE NO BRASIL	49
PL DA CABOTAGEM PASSA NA CAE E GOVERNO TENTA URGÊNCIA PARA LEVÁ-LO DIRETO A PLENÁRIO.....	50
AQUISIÇÃO DE 21 NOVAS BOIAS AUMENTA A SEGURANÇA NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.....	51
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LOG-IN DÁ PROSSEGUIMENTO À OFERTA DA MSC.....	52
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	52
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	52



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS É ASSUNTO DE DEBATE NESTA TERÇA

Com a participação do ministro da Infraestrutura, 2º Encontro Porto & Mar acontece no auditório do Grupo Tribuna

Por: Redação



A desestatização administrativa do Porto deve gerar investimentos de R\$ 16 bi e agilidade nas operações Foto: Carlos nogueira/AT

A desestatização da administração do Porto de Santos e suas implicações são as pautas desta terça-feira (21), no setor. O tema será debatido com autoridades, empresários e especialistas durante 2º Encontro Porto & Mar, promovido pelo Grupo Tribuna. O

evento terá a participação do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, que será responsável pela abertura dos trabalhos. As inscrições estão encerradas.

Para o ministro, a desestatização da Autoridade Portuária de Santos é um caminho sem volta, que deve gerar investimentos da ordem de R\$ 16 bilhões no cais santista. Freitas aponta que a concessão da empresa à iniciativa privada vai garantir maior agilidade e, conseqüentemente, um salto de competitividade aos terminais que operam no complexo.

Outro ponto que deve ser destacado pelo chefe da pasta da Infraestrutura são os arrendamentos que devem ser promovidos pelo Governo Federal no Porto de Santos. Neste caso, o objetivo é aumentar a capacidade de armazenagem e movimentação, utilizando áreas ociosas ou que estão operando de maneira precária, em contratos de transição ou através de decisões judiciais.

Além de Freitas, na solenidade de abertura, também estarão a deputada federal Rosana Valle (PSB-SP) e o prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB). Em seguida, serão iniciados os painéis, que abordarão os desdobramentos de desestatização.

O primeiro deles será sobre a regulação portuária após a concessão da Autoridade Portuária. Neste processo, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) terá papel de destaque, uma vez que ficará responsável pela mediação de conflitos entre a nova empresa e as que já atuam no complexo marítimo. Sobre isso, haverá uma apresentação da diretora do órgão, Flávia Takafashi.

Já na mesa de debates estarão o presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar), Marcelo Neri, do presidente da Agco na América do Sul, Luís Fernando Felli, além dos advogados Lucas Navarro Prado e Cássio Lourenço.

Segurança jurídica

No segundo painel, as atenções vão se voltar à segurança jurídica após o processo de desestatização da administração do Porto de Santos. A apresentação será do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni. Entre os debatedores, estarão o diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privado (ATP), Murilo Barbosa, o presidente do conselho da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Clythio Buggenhout, o

presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), Régis Prunzel, e o advogado Marcelo Sammarco.

Mão de obra é o tema do terceiro painel do dia. Após uma apresentação do especialista em Recursos Humanos (RH) Hudson Carvalho, os debates serão realizados pelo Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), Celso Peel Furtado de Oliveira, pelo diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Autoridade Portuária, Bruno Stupello, pelo presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), José Adilson Pereira, e pelo advogado Lucas Remio.

Por fim, o evento vai abordar a competitividade e o futuro dos portos desestatizados. Sobre o tema, haverá uma apresentação do presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Cordeiro. Em seguida, os debates terão a participação do superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Cleverson Aroeira, do presidente da Autoridade Portuária de Santos, Fernando Biral, da diretora da Secretária de Parcerias em Transportes do Programa de Parcerias em Investimento do Ministério da Economia, Ana Luiza Sales, e do advogado Thiago Miller.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/09/2021

ULTRACARGO PREPARA NOVO ACESSO FERROVIÁRIO EXCLUSIVO NO PORTO DE SANTOS

Projeto visa facilitar o acesso de cargas à unidade, reduzindo os custos logísticos

Por: Redação



O plano foi anunciado pelo presidente da Ultracargo, Décio Amaral, na tarde desta segunda (20) Foto: Alexander Ferraz/AT

O terminal da Ultracargo no Porto de Santos negocia a construção de um ramal ferroviário exclusivo para suas instalações, especializadas na movimentação de granéis líquidos e localizadas na região da Alemoa, na Margem Direita do complexo marítimo. O projeto visa facilitar o acesso de cargas à unidade, reduzindo os custos logísticos nesses transportes.

O plano foi anunciado pelo presidente da Ultracargo, Décio Amaral, na tarde desta segunda-feira (20), em visita à sede do Grupo Tribuna. Ele foi recebido pelo diretor-presidente da TV Tribuna, Roberto Clemente Santini, pelo diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini, pelo diretor de conteúdo do Grupo Tribuna, Alexandre Lopes, pelo diretor comercial, Demétrio Amono, e pela gerente de projetos e Relações Institucionais, Arminda Augusto.

Amaral estava acompanhado pela gerente de Sustentabilidade e Comunicação da Ultracargo, Fernanda Guedes, pelo gerente executivo de Operações Sudeste, Leopoldo José Gimenes, e pelo diretor de Operações, Flavio Jacociunas.

Atualmente, o terminal da Ultracargo em Santos conta apenas com acesso rodoviário. Ao ganhar uma linha ferroviária exclusiva, ligada à malha que serve o cais santista e, a partir dela, às ferrovias que chegam às zonas produtoras do Centro-Oeste, o terminal poderá ampliar as áreas atendidas no Brasil, explicou Décio Amaral.

De acordo com o executivo, o projeto será desenvolvido nos próximos dois anos. O terminal da Ultracargo em Santos funciona em áreas da própria empresa, fora dos terrenos da União.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/09/2021

OPERAÇÃO DA MARINHA VISTORIA EMBARCAÇÕES DO PORTO DE SANTOS

Operação Ágata Arco Sul Sudeste já apreendeu uma embarcação, toneladas de pescado e drogas em um navio

Por: ATribuna.com.br



Operação já apreendeu toneladas de atum e 152 kg de cocaína escondidos em um navio Foto: Divulgação/Marinha do Brasil

A Operação Ágata Arco Sul Sudeste continuará nos próximos dias. A ação, coordenada pelo Ministério da Defesa já apreendeu um barco pesqueiro, mais de 6 toneladas de atum e 152 quilos de cocaína escondidos em um navio. Nesta segunda-

feira (20), foram inspecionadas embarcações que atuam nos serviços de limpeza de casco e dois cargueiros. As documentações serão avaliadas pelas autoridades do Porto de Santos.

Estas análises serão feitas pelo Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Autoridade Portuária de Santos (APS), a estatal que administra o cais santista. Além de dados, há imagens já que suspeita de os navios estavam realizando limpeza irregular de porões.

A Ágata é articulada pelo Ministério da Defesa e tem mais de 2,1 mil pessoas destacadas para os trabalhos. Envolve órgãos como a Marinha do Brasil, através do Grupamento de Patrulha Naval Sul Sudeste (GPNSS), o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Polícia Federal (PF), Receita Federal, além do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Agência Nacional de Inteligência (Abin).

Até agora, 147 embarcações foram inspecionadas, sendo 31 notificadas, sete apresadas e uma apreendida, resultando na apreensão de 6 toneladas de pescado. Além disso, foram apreendidos 152 quilos de cocaína a bordo de um navio no Porto de Santos.

Foram empregados na atividade o Navio Patrulha Guajará e o Aviso de Patrulha Marlin, do Grupamento de Patrulha Naval Sul Sudeste (GPNSS) Marinha do Brasil, a aeronave Poseidon, do Ibama, e uma lancha da Fundação Florestal.

Fonte: [A Tribuna Digital - SP](http://ATribuna Digital - SP)

Data: 21/09/2021

PETROLEIROS SEGUEM EM GREVE NO PORTO DE SANTOS

De acordo com a Transpetro, terminal opera normalmente e não há prejuízo ao abastecimento de navios

Por: ATribuna.com.br

Os petroleiros que atuam no Porto de Santos continuam em greve. O movimento que foi iniciado na última sexta-feira (17) não tem data para acabar e a categoria aguarda um posicionamento da Transpetro para iniciar negociações de retomada ao trabalho. Segundo a empresa, não há prejuízos ao abastecimento de navios no cais santista e as operações são realizadas normalmente.

Os petroleiros pedem que seja mantido o efetivo mínimo de dez operadores por turno. Assim, segundo categoria, será possível garantir a segurança das operações em um ambiente que exige cuidados especiais pela carga explosiva movimentada.

De acordo com o coordenador geral do Sindipetro no litoral paulista, Fábio Mello, antes, eram 15 operadores, antes da paralisação, apenas nove atuavam em cada turno. “A empresa está operando a contingência de forma precária com cinco supervisores, mais um grupo de engenheiros, tocando o terminal com cinco pessoas por horário. A qualquer momento pode haver um sinistro. Acredito que não teve problema para o abastecimento”.

O sindicalista, que também é diretor da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), destaca que a categoria pede apenas um quadro seguro. “A greve é por segurança. Houve reduções sucessivas de postos de trabalho, não há uma brigada de incêndio composta. Estão rasgando a norma regulamentadora e o terminal foi classificado de nível 2 para nível 3 de segurança e precisa de brigada para operar. Essa é a nossa denúncia”.



Petroleiros iniciaram paralisação na última sexta-feira (17) Foto: Divulgação

Transpetro

Procurada, a Transpetro informou que, no desenvolvimento de suas atividades, atua com foco na segurança operacional e em conformidade com a legislação e o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigentes. A

empresa ressalta que não há Programa de Demissão Voluntária (PDV) em curso.

“A Transpetro está aberta ao diálogo e reitera o seu compromisso com uma atuação responsável e sustentável em todas as regiões onde está presente, de acordo com os princípios de segurança, meio ambiente e saúde que norteiam as ações da companhia”, destacou, em nota.

Sobre a operação do terminal, a informação da empresa é de que elas ocorrem normalmente e que as condições de segurança dos trabalhadores e das instalações estão mantidas. A Transpetro afirma que mantém abertos os canais de negociação com vistas ao retorno dos empregados às atividades.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/09/2021

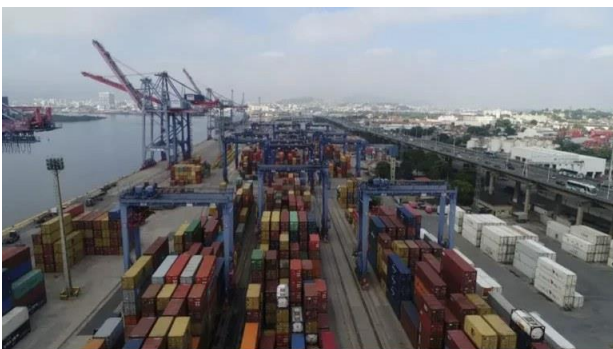


Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ APROVA NORMA SOBRE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE SOCIETÁRIO E TITULARIDADE DE CONTRATOS DO SETOR PORTUÁRIO

A norma simplifica as operações de mudança de controle societário e de titularidade dos contratos nas instalações portuárias



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ aprovou, na última sexta-feira (17), norma que dispõe sobre os procedimentos de transferência de controle societário ou de titularidade de contratos de concessão de porto organizado, arrendamento e de adesão para exploração de instalação portuária. A Resolução ANTAQ nº 57, disciplinando a matéria, foi publicada na edição desta segunda-feira (20) do Diário Oficial da União.



De acordo com a norma da ANTAQ, aprovada nos termos da Lei nº 12.815, de 05/07/2013, conforme os artigos 29 e 30 da Lei nº 10.233/2001, e incisos I e VII do art. 3º do Decreto nº 8.033, de 27/06/2013, a transferência de controle societário direto ou indireto, de sociedade titular de contrato de concessão de porto organizado ou de contratos de arrendamento de instalação portuária e de sociedade titular de contrato de adesão para exploração de instalação portuária dependerá de análise e aprovação prévia da ANTAQ.

Dependerá de análise prévia da ANTAQ e da aprovação pelo poder concedente a transferência de titularidade de contrato de concessão de porto organizado, arrendamento de instalação portuária e adesão para exploração de instalação portuária. Já a transferência de titularidade de contrato de uso temporário requererá tanto a análise quanto a aprovação prévia da ANTAQ.

Conforme o normativo da Agência, independem de aprovação prévia da ANTAQ operações como transferência de controle societário de sociedade titular de contratos de transição; de contratos de uso temporário; de movimentação na composição societária que não resulte em alteração no controle societário; e de transferência de controle societário decorrente de alteração na estrutura societária exclusivamente no âmbito do próprio grupo empresarial do titular da outorga, entre outras.

São vedadas as transferências de titularidade nos casos de registros de instalação de apoio ao transporte aquaviário e de contratos de transição nos portos organizados. Nesses casos, deverá ser solicitada nova outorga à ANTAQ. A Resolução ANTAQ nº 57 entra em vigor em 1º de outubro, não sendo aplicável aos processos em curso.

O diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, destacou as mudanças para a transferência de controle societário e titularidade dos contratos: "A norma traz ganhos significativos para o setor portuário, simplificando procedimentos e gerando maior clareza aos interessados, tais como a possibilidade de dispensa de análise e anuência prévia em determinados casos e redução de exigências de documentos e informações".

Clique no link abaixo para acessar a íntegra da Resolução ANTAQ nº 57.

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-antag-n-57-de-17-de-setembro-2021-345825510>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antag.gov.br
Data: 21/09/2021

ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA VIRTUAL SOBRE EXTRAFRETE E SOBRETAXAS DO TRANSPORTE MARÍTIMO

Reunião acontecerá em 27 de setembro a partir das 15h

A ANTAQ realizará, em 27 de setembro, a partir das 15h, audiência virtual sobre o Tema 2.3 da Agenda Regulatória Biênio 2020/2021 - Aprimorar a transparência na cobrança dos valores extrafrete e sobretaxas do transporte marítimo. Trata-se da Audiência Pública nº 16/2021.

A dinâmica da audiência pública virtual será a seguinte:

Toda a sessão virtual será transmitida via streaming a toda a Internet, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no "Youtube";

Não é necessária inscrição para assistir à Audiência Pública;

Os interessados em manifestar-se na audiência deverão se inscrever pelo aplicativo de mensagens "Whatsapp" no número (61) 2029-6940. O período de inscrição será das 10h às 14h do dia 27 de setembro de 2021;

Os interessados poderão enviar sua contribuição por vídeo, áudio ou até mesmo por escrito no "Whatsapp";

Os interessados também poderão se manifestar entrando na sala de reunião criada no aplicativo "ZOOM". Para isso, no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido e encaminhar seu endereço eletrônico de login no "ZOOM" para ser convidado a entrar na sala na sua vez; e

Em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta "ZOOM", será realizada uma segunda tentativa de conexão ao final de todas as contribuições ou o interessado poderá encaminhar sua contribuição pelo "Whatsapp".

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 21/09/2021



PORTAL PORTO GENTE

COMUNIDADE DO PORTO DE SANTOS E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Editorial Portogente

O porto de hoje não é o porto de amanhã. Induzido pela sustentabilidade, tecnologia, motivadores geopolíticos e demográficos, o setor portuário está se transformando e respondendo à várias tendências. (Deloitte- ESPO)

Desde 1892, quando foi inaugurado o cais corrido do Porto de Santos avançando sobre as águas para operar os navios da revolução industrial, a sua comunidade é outra vez desafiada a decidir o destino da sua galinha dos ovos de ouro, na era dos navios da revolução tecnológica, longos e de grandes calados. A carga geral foi transformada em "commodity" pelo contêiner. Agora, é preciso construir o porto oceânico (offshore), para participar do novo tempo do comércio marítimo.



Porto de Santos. Acervo Portogente.

Trata-se de uma decisão para garantir agilidade da carga pedindo passagem, como parte de uma rede de troca poderosa, envolvendo o globo e que melhorou a vida dos seus habitantes. Desafio para o qual o programa de desestatização do ministério da Infraestrutura – Minfra não está apto o suficiente: sem substrato razoável, nem o debate no grau necessário. Entretanto, a comunidade do Porto de Santos propõe o

procedimento efetivo: Santos2050

Estamos falando de um Projeto Financeiro de mais de US\$ 25 bilhões de dólares por 30 anos. Para decolar e ter sucesso, esta iniciativa precisa ser robusta e confiável; ser baseada em posicionamento tecnicamente definido, o que não se percebe no programa governamental. Esta insegurança que também gera conflitos nos portos do Espírito Santo e de Santa Catarina. E será agravada pela instabilidade do momento político.

Igual foi a iniciativa frustrada Santos17, para estabelecer profundidade de 17 metros no canal de acesso, também agora não se trata de uma missão trivial. Em princípio, a comunidade do porto carece entender um projeto de 30 anos, para construir um futuro mais longo do que os próprios contratos operacionais. E nessa atmosfera de incertezas, são imperceptíveis a obrigatória opinião do Conselho de Autoridade Portuária – CAP e a desejável visão do Sindicato dos Operadores Portuários – SOPESP.

A comunidade do Porto de Santos está diante da mesma realidade que inspirou Cristóvão Colombo a atravessar o Atlântico em busca das riquezas do Oriente Médio. Entretanto, a força da carga, que enriquece a vida dos que mandam e dos que a recebem, não será contida pela demora da comunidade portuária em perceber o potencial da inovação. O porto de hoje não é o porto de amanhã. Sem evoluir, o Porto de Santos ficará restrito à cabotagem.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 21/09/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MINISTRO DO MEIO AMBIENTE RECEBE DIRETOR DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

Informação: Marinha do Brasil (21 de setembro de 2021)



Diante da relevância dos temas apresentados, a Marinha foi convidada a integrar a delegação brasileira na próxima COP 26, na Escócia

O Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, recebeu em audiência, no dia 14 de setembro, o Diretor de Hidrografia e Navegação, Vice-Almirante Edgar Luiz Siqueira Barbosa, acompanhado pelo Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), Contra-Almirante Antonio Cesar da Rocha Martins.

Na ocasião, a comitiva da Marinha ressaltou a importância dos oceanos para o meio ambiente, na regulação do clima, na produção de oxigênio no mundo, além de enaltecer a Amazônia Azul e o papel da Força no monitoramento do meio ambiente, nos programas setoriais da CIRM e nas ações de resposta a crimes ambientais, pesca ilegal e acidentes no mar.

Diante da relevância dos temas apresentados, a Marinha recebeu o convite para integrar a delegação brasileira que participará da próxima Conferência das Partes (COP 26), que ocorrerá em Glasgow, na Escócia, entre 31 de outubro e 12 de novembro, e contará com a presença de 197 países que debaterão sobre Mudanças Climáticas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/09/2021

USINAS DA COPERSUCAR PRESERVARAM ÁREA AMBIENTAL DO TAMANHO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Informação: Notícias Agrícolas (21 de setembro de 2021)

A Copersucar, maior comercializadora de açúcar e etanol do mundo, vem realizando um trabalho intenso de preservação ambiental, seguindo as melhores práticas para a produção de cana-de-açúcar. No último ano-safra 2020/2021, as 34 usinas sócias promoveram a proteção de mais de 121.015 hectares em áreas de vegetação, alcançando uma extensão que daria para cobrir todo o município do Rio de Janeiro.

“Além de provermos energia limpa e alimento natural, comercializando produtos sustentáveis para o Brasil e o mundo, adotamos internamente inúmeras ações positivas, gerando valor e contribuindo para uma produção cada vez mais amigável com o meio ambiente e para a sociedade, em prol da redução do aquecimento global”, comenta Maria Cláudia Trabulsi coordenadora de Sustentabilidade da Copersucar.

Este compromisso de preservação da vegetação, seguido por todas as usinas da Copersucar por meio da proteção e recuperação de áreas de Preservação Permanente (APPs), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Reservas Legais, traz outros diversos benefícios para a biodiversidade e o ecossistema. Além da absorção de carbono, a iniciativa proporciona também a conservação dos recursos hídricos, como nascentes e rios, a proteção do solo e a manutenção de um ambiente adequado para a fauna.

As usinas sócias também promovem projetos de recuperação florestal, que incluem o reflorestamento com o plantio de mudas de espécies nativas e a condução da regeneração natural. No ano-safra 2020/2021 foram recuperados cerca de 2.114 hectares, área equivalente a 3.000 campos de futebol. Um exemplo deste esforço é a Usina São Luiz, associada da Copersucar localizada na cidade de Ourinhos, interior de São Paulo, que em 1998 iniciou um projeto de reflorestamento. Atualmente, a área de 500 hectares, correspondente a 3 parques Ibirapuera, conta com mais de 530 mil mudas plantadas. Entre as 259 espécies de animais encontradas no local, estão o Tamanduá-bandeira, Jacaré-de-papo-amarelo, Onças Pardas, entre outros. O trabalho de recuperação se concentrou nas áreas de preservação permanente dos rios Pardo, Turvo e Paranapanema.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/09/2021

SUPERÁVIT COMERCIAL SOBE 40,3% E CHEGA A US\$ 54,52 BILHÕES NO ANO; CORRENTE DE COMÉRCIO SUPERA US\$ 352 BILHÕES

Informação: Comex do Brasil (21 de setembro de 2021)

Brasília – A balança comercial atingiu superávit de US\$ 54,52 bilhões no acumulado do ano, até a terceira semana de setembro, com alta de 40,3% pela média diária, sobre o período de janeiro a setembro de 2020. Já a corrente de comércio (soma das exportações e importações) chegou a US\$ 352,30 bilhões, com crescimento de 36,7%. As exportações em 2021 já somam US\$ 203,41 bilhões, com aumento de 37,2%, enquanto as importações subiram 36,1% e totalizam US\$ 148,89 bilhões. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (20/09) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

No acumulado do mês, as exportações cresceram 38,9% e somaram US\$ 14,47 bilhões, enquanto as importações subiram 60,6% e totalizaram US\$ 12,06 bilhões. Dessa forma, a balança comercial registrou superávit de US\$ 2,41 bilhões, em queda de 17,1%, e a corrente de comércio alcançou US\$ 26,53 bilhões, subindo 48%.

Apenas na terceira semana de setembro, as exportações somaram US\$ 5,411 bilhões, enquanto as importações foram de US\$ 5,035 bilhões. Assim, a balança comercial registrou o superávit de US\$ 376 milhões e a corrente de comércio alcançou US\$ 10,446 bilhões.

Veja os principais resultados da balança Exportações no mês

Nas exportações, comparadas a média diária até a terceira semana deste mês (US\$ 1,205 bilhão) com a de setembro de 2020 (US\$ 867,78 milhões), houve crescimento de 38,9% em razão do aumento nas vendas da Indústria Extrativista (+31,6%), da Indústria de Transformação (+45,9%) e da Agropecuária (+27,4%).

Na Indústria Extrativista, os destaques para o aumento das exportações foram as vendas de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+79,1%); minério de ferro e seus concentrados (+12,9%); outros minerais em bruto (+54,8%); minérios de cobre e seus concentrados (+4,6%) e pedra, areia e cascalho (+28,6%).

Já na Indústria de Transformação, o crescimento foi puxado pelas vendas de carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+127,6%); óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (+191,4%); produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (+167%); carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (+77,8%) e ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas (+115,7%).

Entre os produtos agropecuários, a alta das exportações refletiu, principalmente, o crescimento nas vendas de soja (+85,8%); café não torrado (+15,8%); madeira em bruto (+383,5%); arroz com casca, paddy ou em bruto (+384,9%) e especiarias (+39,5%).

Importações no mês

Nas importações, a média diária até a terceira semana de setembro de 2021 (US\$ 1,005 bilhão) ficou 60,6% acima da média de setembro do ano passado (US\$ 625,71 milhões). Nesse comparativo, aumentaram principalmente as compras da Indústria de Transformação (+54,5%), da Agropecuária (+42,5%) e, também, de produtos da Indústria Extrativista (+272,2%).

Na Indústria de Transformação, o aumento das importações foi puxado pelo crescimento nas compras de adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (+129,8%); medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (+264%); óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (+75,3%); partes e acessórios dos veículos automotivos (+72,5%) e motores e máquinas não elétricos, e suas partes, exceto motores de pistão e geradores (+130,1%).

Na Agropecuária, a alta ocorreu, principalmente, pela compra de milho não moído, exceto milho doce (+361,8%); trigo e centeio, não moídos (+26,7%); pescado inteiro vivo, morto ou refrigerado (+96,8%); látex, borracha natural, balata, guta-percha, guaiúle, chicle e gomas naturais (+143,7%) e soja (+40,9%).

Por fim, na Indústria Extrativista a alta nas importações se deve, principalmente, à compra de gás natural, liquefeito ou não (+606,9%); carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (+183,9%); óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+243,8%); minérios de cobre e seus concentrados (+140,9%) e outros minérios e concentrados dos metais de base (+238,2%).

(*) Com informações da Secex/Ministério da Economia

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/09/2021

O Governo Federal revitalizou rodovia que abrirá rota do Mato Grosso do Sul (MS) aos portos do Chile. O Ministério da Infraestrutura, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), entrega mais um trecho renovado da BR-060, no estado do Mato Grosso do Sul, nesta terça-feira (21). A estrada é estratégica para o agronegócio nacional e o turismo local. A obra visa proporcionar mais conforto aos usuários da BR-060/MS, reduzir o número de acidentes e fortalecer a integração entre as cidades sul mato-grossenses, ajudando a promover o turismo e o desenvolvimento econômico do estado.

A BR-060 é essencial ao escoamento da produção agrícola. A rodovia compõe a futura Rota de Integração Latino-Americana (RILA), que ligará o Porto de Santos (SP) aos terminais portuários do Chile. Além disso, o trecho sul mato-grossense é responsável pela ligação da capital do estado com a região turística de Bonito (MS).



WhatsApp Image 2021-09-21 at 10.54.15.jpeg

Nesta terça-feira, foram inaugurados 23,28 quilômetros da BR-060 no Mato Grosso do Sul. Com essa entrega, já são 68,4 quilômetros de pista recuperada da estrada federal no estado. O trecho revitalizado vai do Km 459,3 ao 468,2 e do Km 477,5 ao 492, entre os municípios de Sidrolândia e Nioaque. Com investimento de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, os trabalhos

nesses segmentos consistiram na aplicação de micro revestimento, após a execução de reparos superficiais e profundos.

HISTÓRICO DE ENTREGAS – A BR-060 sai de Brasília e vai até a fronteira do Brasil com o Paraguai, passando por Goiânia e Campo Grande. Além do segmento inaugurado agora, o DNIT já havia liberado para a população, em julho, 32,7 quilômetros de asfalto renovado – do Km 523,5 ao Km 537,8 (também entre Sidrolândia e Nioaque); do Km 615,78 ao 626,22; entre os KMs 632,92 e 637,74; e do Km 650,36 ao 653,50 (entre Jardim e Bela Vista).

Antes, em junho, foram outros 12,30 quilômetros de pista recuperada – segmento entre os Kms 450,1 ao 453,1 e do Km 468,2 ao 477,5, localizados entre os municípios de Campo Grande e Sidrolândia.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação Social – DNIT

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 21/09/2021

PARANÁ FIRMA COMPROMISSO COM GOVERNO FEDERAL PARA REDUZIR ACIDENTES DE TRÂNSITO



Para secretário nacional de Trânsito, Frederico Carneiro, plano nacional vai “nos guiar para vias mais seguras e menos vítimas”

Crédito: Jonathan Campos/AEN

O Paraná se tornou nesta segunda-feira (20) a primeira unidade da Federação a firmar compromisso em atender todas as demandas estabelecidas pela Resolução nº 870, de 13 de setembro de 2021, que estabelece a revisão no Trânsito (Pnatrans). A

formalização ocorreu nesta segunda-feira (20) em Curitiba, com representantes dos governos Federal e paranaense.

São seis pilares seguidos pelo Pnatrans: Gestão de Segurança no Trânsito; Vias Seguras; Segurança Veicular; Educação para o Trânsito; Atendimento às vítimas; e a Normatização e Fiscalização. A revisão conta com o apoio do WRI Brasil.

“Com a revisão do plano, conseguiremos atender essa demanda e garantir um trânsito mais seguro. O governo do Paraná foi o primeiro a firmar esse compromisso e tenho certeza que os demais farão o mesmo. O Pnatrans conseguirá nos guiar para vias mais seguras e menos vítimas”, afirmou o secretário nacional de Trânsito, Frederico Carneiro.

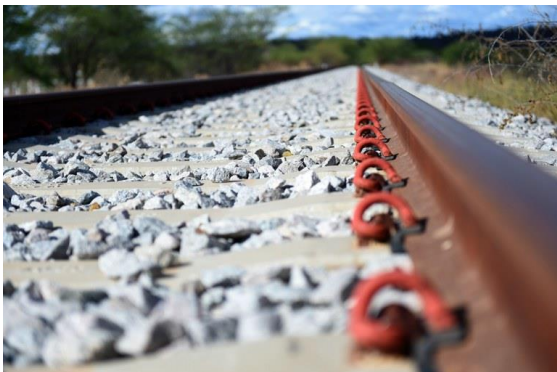
ITINERANTE – Além de formalizar o apoio do governo paranaense ao plano nacional, Carneiro também retomou o projeto Senatran Itinerante, paralisado em 2020 por conta da pandemia de covid-19. “A necessidade de aproximação e do diálogo aberto são os principais objetivos que vamos entregar para todos. Um sistema único e que converse, consegue trazer mais benefícios para o cidadão”, comentou.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 21/09/2021

"PASSOS FIRMES E CONCRETOS EM DIREÇÃO A UM PAÍS PRODUTIVO E MAIS EFICIENTE", DIZ SECRETÁRIO-EXECUTIVO NO MT

Marcelo Sampaio representou o Governo Federal na assinatura do contrato para ligação Rondonópolis a Cuiabá e Lucas do Rio Verde; malha estadual terá integração com a rota nacional até chegar ao Porto de Santos



Crédito: Ricardo Botelho/MInfra

O secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, afirmou nesta segunda-feira (20) que o desenvolvimento ferroviário nos últimos anos coloca o Brasil em uma trajetória de mais produção e maior eficiência. A declaração ocorreu após a assinatura de contrato para criação de uma malha estadual pelo governo do Mato Grosso e a Rumo Logística S/A, em Cuiabá.

A ferrovia terá 730 quilômetros extensão, ligando Rondonópolis à capital Cuiabá e a Lucas do Rio Verde. “Seguimos dando passos firmes e concretos em direção a um país produtivo, mais eficiente e um país brilhante. O Brasil entra nos trilhos, por meio do governo federal, estadual e da ousadia do setor privado”, destacou o secretário-executivo.

MAIS TRILHOS – Além da assinatura permitindo a construção e exploração de uma linha estadual, o Mato Grosso será beneficiado diretamente pela criação do Marco Legal das Ferrovias. A Medida Provisória 1.065/2021 prevê o instituto da autorização, que existe em outros setores, como telecomunicações, energia elétrica e portuário.

Um dos pedidos de autorização em análise no MInfra consiste na exploração do trecho entre Água Boa/MT – Lucas do Rio Verde/MT, com 557 quilômetros de extensão. O modelo de autorização criado pela Medida Provisória 1.065/2021 é semelhante ao que já existe de forma bem-sucedida na exploração de infraestrutura em setores como telecomunicações, energia elétrica, portuário e aeroportuário.

EXPORTAÇÕES – O saldo da balança comercial do Mato Grosso chegou a US\$ 11,6 bilhões no primeiro semestre, desempenho que garante o estado entre os cinco maiores exportadores do país. Soja, algodão, milho e carne bovina são os produtos mais vendidos para outros países. Com mais ligações ferroviárias, o custo do frete vai reduzir e o Brasil ficará mais competitivo, aumentando as oportunidades de emprego e de geração de renda.

Neste cenário, é importante também o início da construção dos 383 quilômetros iniciais da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), ligando os municípios de Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT). Parte do Setembro Ferroviário, mês dedicado pelo Governo Federal à expansão do transporte por trilhos no país.

"Assinamos esse contrato hoje, no Setembro Ferroviário, onde nós já fizemos a assinatura da Fico, fizemos a assinatura da Fiol, tivemos 14 autorizações ferroviárias e mais uma no Mato Grosso. É um orgulho do Brasil, é um orgulho para todos nós, que seguimos dando passos firmes e concretos em direção a um país produtivo, mais eficiente e um país brilhante", disse Sampaio.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 21/09/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

DÉFICIT NA BALANÇA COMERCIAL DO SETOR CHEGA A US\$ 27,2 BI ATÉ AGOSTO, DIZ ABIQUIM

O déficit na balança comercial de produtos químicos chegou a US\$ 27,2 bilhões até agosto, crescimento de 41,7% em relação ao mesmo período de 2020. De acordo com dados divulgados nesta terça-feira pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), no acumulado do ano (janeiro a agosto), as compras de produtos químicos vindos do exterior totalizam US\$ 36,1 bilhões, aumento de 35,9% frente ao mesmo período de 2020. As exportações, por sua vez, alcançaram US\$ 8,9 bilhões, avanço de 21% na comparação com o valor registrado entre janeiro e agosto do ano passado, resultado da recuperação dos preços médios, de 15,2%, dos principais produtos químicos exportados pelo País.

Segundo a Abiquim, o ritmo das importações brasileiras em produtos químicos, que já era intenso desde meados do ano passado com o início do processo de retomada da economia simultaneamente ao enfrentamento da pandemia da covid-19, tem se consolidado nos últimos meses em um novo patamar, de compras mensais superiores a US\$ 5 bilhões. De acordo com a entidade, desde junho, vêm sendo seguidamente estabelecidos novos recordes mensais em valores e em volumes físicos importados.

Em agosto, foram importados US\$ 5,8 bilhões, equivalentes a 5,8 milhões de toneladas adquiridas pelo País em produtos químicos, resultados que passam a ser os recordes em bases mensais.

As exportações brasileiras de produtos químicos, por sua vez, têm permanecido estáveis, em níveis mensais bastante inferiores ao das importações, com vendas médias de US\$ 1,2 bilhão, relativas às expedições de 1,3 milhão de toneladas aos países de destino das mercadorias nacionais.

Nos últimos 12 meses (setembro de 2020 a agosto deste ano), o déficit comercial atingiu a marca de US\$ 38,2 bilhões.

O presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino, diz que não existe País forte sem uma indústria competitiva e afirma que o Brasil tem potencial e capacidade técnica para transformar os recursos naturais, em especial relativos ao petróleo e gás, em valor e riqueza para o País. "Os números da balança comercial comprovam duas coisas: que a escala do mercado interno é, indiscutivelmente, um ativo estratégico nacional e deve que ser preservado a todo o custo de operações desleais e ilegais de comércio."

Segundo ele, o crescente déficit, que será recorde em 2021, mesmo com a pandemia, demanda pragmatismo e agilidade na elaboração imediata de uma agenda de competitividade, alicerçada em visão estratégica e em segurança jurídica para o comércio e para os investimentos.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 21/09/2021

BIDEN FALA EM MIRAR CENTENAS DE BILHÕES DE DÓLARES EM INFRAESTRUTURA COM G-7

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou que irá mirar, junto às nações parceiras do Grupo dos Sete (G-7) e aliados do setor privado, investimentos de “centenas de bilhões de dólares” em infraestrutura. A declaração foi realizada durante discurso na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) nesta terça-feira, 21.

Biden argumentou que investimentos em “infraestrutura verde” e veículos elétricos ajudarão a reduzir as emissões de poluentes em todo o mundo. Ele ainda protestou contra iniciativas de construções de “má qualidade, que degrada ainda mais as condições ambientais”.

O mandatário norte-americano ainda se comprometeu em investir US\$ 10 bilhões no combate à fome “nos EUA e no mundo”.

Ele não citou, porém, o prazo e como será feita a alocação dos recursos prometidos.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 21/09/2021

CARTEIRA DE CRÉDITO DEVE CRESCER 1,6% EM AGOSTO, DIZ FEBRABAN

O saldo total da carteira de crédito deve crescer 1,6% em agosto, registrando o sétimo avanço mensal seguido, aponta Pesquisa Especial de Crédito da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). O crescimento deve seguir disseminado e forte entre os recursos e segmentos, impulsionado, em especial, pela reabertura das atividades.

Segundo a entidade, apesar do bom resultado esperado para o mês, a elevada base de comparação deve fazer com que o ritmo de expansão anual da carteira mostre ligeira desaceleração, de 16,2% para 15,9%, embora ainda em um patamar bastante elevado.

A Febraban desta que no mês, o destaque deve vir novamente do crédito à pessoa física (+1,8%), que tem apresentado uma dinâmica bastante positiva, refletindo o maior consumo das famílias devido à reabertura das atividades econômicas. Com o novo avanço esperado, o ritmo de expansão anual da carteira pessoa física deve acelerar de 18,2% para 18,5% – caso se concretize, será a maior taxa desde julho de 2012.

“O crédito destinado às famílias tem apresentado uma expansão surpreendente. Após o choque no período inicial da pandemia, a carteira pessoa física tem acelerado seu ritmo de expansão de maneira ininterrupta, já bem acima do patamar pré-pandemia (+12,0%)”, afirma em nota o presidente da Febraban, Isaac Sidney.

Para ele, esse bom desempenho reflete um conjunto de fatores, como o avanço da vacinação, a flexibilização das medidas restritivas, a extensão do auxílio emergencial, além da recuperação do mercado formal de trabalho. Segundo Isaac, a perspectiva é que esses fatores sigam contribuindo de maneira positiva para o desempenho dos próximos meses, embora diante do elevado ritmo de crescimento, seja natural alguma acomodação das taxas.

Segundo a Pesquisa, o desempenho neste segmento deve ser homogêneo entre os recursos, com a carteira livre (+1,8%) beneficiada pela retomada das atividades, que estimula as linhas de consumo e de crédito pessoal, enquanto a carteira direcionada (+1,8%) deve seguir liderada pelos créditos imobiliário e rural.

A carteira pessoa jurídica, por sua vez, deve avançar 1,5% em agosto, mas o ritmo de expansão em 12 meses deve seguir mostrando uma desaceleração, de 13,6% para 12,6%. A acomodação,

aponta a entidade, reflete a elevada base de comparação de agosto de 2020 (+2,4%), quando houve uma forte tomada de crédito com os programas emergenciais. No mês, a carteira livre deve crescer 1,6%, favorecida pela reabertura e retomada da economia. Já a carteira direcionada deve mostrar expansão de 1,2%, ainda impulsionada pela nova rodada do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

Concessões

A Pesquisa Especial de Crédito mostra que as concessões devem crescer 0,4% em agosto, acumulando expansão de 12,4% em 12 meses. O resultado deve ser liderado pelas operações com recursos livres, impulsionadas pela maior flexibilização das medidas restritivas, enquanto as operações direcionadas devem acomodar após o forte volume de crédito concedido através do Pronampe em julho.

De acordo com o levantamento, as concessões destinadas às famílias devem crescer 2,9%, mantendo-se em um elevado patamar histórico. Se a estimativa se confirmar, a variação acumulada em 12 meses seguirá ganhando ímpeto, avançando de 14,5% para 16,8%, reforçando o importante papel do segmento pessoa física no processo de expansão do crédito em 2021. A alta estimada para as operações com recursos livres é de 1,3% e o número é ainda mais expressivo no caso das operações direcionadas (+12,3%).

As concessões destinadas às empresas, por sua vez, devem retrair 2,7%, decorrente do forte recuo das operações direcionadas (-33,6%). O resultado reflete o menor volume de crédito concedido pelo programa do Pronampe, já que a maior parcela dos recursos destinados ao programa no ano já foi tomada no mês inicial (julho), restando apenas uma quantia residual em agosto. Já as operações com recursos livres devem avançar 2,6%, beneficiadas pela retomada da atividade econômica.

As estimativas da pesquisa, divulgadas mensalmente como uma prévia da Nota de Política Monetária e Operações de Crédito do Banco Central, são feitas com base em dados consolidados dos principais bancos do País, que representam de 38% a 89% do saldo total do Sistema Financeiro Nacional, dependendo da linha, além de outras variáveis macroeconômicas que impactam o mercado de crédito.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 21/09/2021

CAE DO SENADO APROVA BR DO MAR COM ALTERAÇÕES

O projeto do governo de incentivo à navegação de cabotagem, chamado de BR do Mar, avançou no Senado. A proposta foi aprovada nesta terça-feira, 21, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, sob relatoria do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), e tem como um dos pilares a flexibilização do afretamento de embarcações estrangeiras para serem usadas na cabotagem. Idealizado pelo Ministério da Infraestrutura, o PL pretende flexibilizar essas regras para aumentar a oferta de navios e, portanto, a concorrência, baixando os custos desse tipo de navegação.

O BR do Mar prevê que as empresas de navegação poderão, depois de um prazo de transição, alugar embarcações a casco nu (alterando a bandeira estrangeira do navio para brasileira) sem ter navios brasileiros próprios. Esse cenário de liberação total, no entanto, vai acontecer somente a partir de 2027, de acordo com o texto de Trad, que esticou esses prazos em relação ao que foi proposto pelo governo.

Já em relação ao aluguel de navios a tempo – quando a bandeira estrangeira é mantida, reduzindo os custos -, a proposta prevê mais hipóteses em relação às normas atuais. No entanto, para acessar esses novos formatos, o negócio só poderá afretar navios que sejam de subsidiária estrangeira pertencente a uma empresa brasileira de navegação. Para o governo, isso dá mais segurança de que haverá frota disponível para a cabotagem no Brasil.

Apesar de manter essas regras gerais no texto, Trad precisou costurar alterações e incluir na proposta sugestão da senadora Kátia Abreu (PP-TO), que defende um tipo de abertura do aluguel de embarcações estrangeiras diferente da formatada pelo Ministério da Infraestrutura e critica o modelo criado pela pasta. Segundo apurou o Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), a modificação foi acertada previamente com integrantes da pasta.

Diante desse cenário, Trad aceitou em novo parecer incluir, de forma parcial, uma regra sugerida pela senadora, flexibilizando ainda mais a entrada de embarcações a tempo no Brasil. Atualmente, o afretamento nessa modalidade é bem restrito. A lei atual define que uma das hipóteses para afretar dessa forma é que não exista ou não tenha à disposição uma embarcação de bandeira brasileira do tipo e porte adequados para o transporte pretendido – isso é verificado na chamada “circularização”, uma espécie de consulta ao mercado.

Pelo novo texto, nesses casos, a regulamentação do afretamento não poderá limitar o número de viagens a serem realizadas. Kátia argumenta que a restrição torna o mercado menos competitivo. Mas, para o governo, esse tipo de liberalização não incentiva que as empresas tenham embarcações próprias. No primeiro relatório apresentado, Trad afirmou que não poderia acolher a emenda de Kátia com a justificativa de que o mercado de cabotagem não poderia operar à mercê da volatilidade dos fretes e da falta de previsão quanto à disponibilidade de embarcações na costa brasileira.

Já no novo parecer, o relator aceita incorporar a regra proposta pela senadora, mas com uma restrição. Será possível permitir o número ilimitado de viagens, desde que a autorização para o afretamento vincule uma embarcação específica. O senador argumentou que essa prática evita a abertura indiscriminada para navios estrangeiros e, ao mesmo tempo, “promove a competição, flexibiliza e desburocratiza os afretamentos a tempo, sem a necessidade de constantes e sucessivas circularizações”, disse ele.

Mesmo com esse ajuste no relatório, Kátia afirmou nesta terça-feira que o BR do Mar ainda mantém distorções que, segundo ela, precisam ser sanadas durante os próximos passos do projeto no Senado. Regimentalmente, a proposta ainda precisa passar pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Infraestrutura (CI) antes de ir à votação no plenário. “Votarei a favor do relatório de Trad pois teve muitos avanços, mas registro que lá na frente ainda vou continuar lutando”, disse a senadora.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 21/09/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

LUCRO DA LOUIS DREYFUS DISPARA NO PRIMEIRO SEMESTRE



O lucro antes de impostos, juros, amortização e depreciação (Ebitda) cresceu 23%, para 778 milhões de dólares (Imagem: Youtube/Louis Dreyfus Company)

A Louis Dreyfus Company (LDC) divulgou nesta terça-feira um forte aumento no lucro do primeiro semestre, em outro sinal de que a elevação dos preços das commodities e a forte demanda por produtos básicos estão aumentando os lucros dos

comerciantes internacionais.

Os resultados melhores aliviaram ainda mais a pressão financeira sobre a LDC depois que ela completou neste mês a venda de uma participação para a holding ADQ de Abu Dhabi, anunciando o primeiro acionista não familiar na história de 170 anos do grupo de commodities agrícolas.

O lucro líquido do grupo alcançou 336 milhões de dólares, aumento de 167% em relação aos 126 milhões de dólares do ano anterior, em parte devido a uma redução nos impostos vinculados aos efeitos cambiais, disse a LDC em um comunicado.

O lucro antes de impostos, juros, amortização e depreciação (Ebitda) cresceu 23%, para 778 milhões de dólares.

Um aumento nos preços das commodities e a forte demanda por grãos da China apoiaram os ganhos dos comerciantes agrícolas durante a pandemia do coronavírus e ajudaram na recuperação dos lucros da LDC no último ano.

Uma recuperação econômica, conforme os países abrandam as restrições para conter a Covid-19, também renovou a demanda por têxteis e biocombustíveis.

A LDC disse que uma melhora em algodão e biocombustível contribuiu para um aumento de 4,2% em seus volumes embarcados no primeiro semestre.

Entre seus outros produtos, grãos e oleaginosas continuaram a apresentar forte desempenho, enquanto o arroz manteve margens favoráveis, apesar das taxas de frete mais altas e restrições de logística, afirmou a LDC.

Citando “um ambiente persistentemente volátil”, o presidente-executivo Michael Gelchie disse que o conhecimento de mercado da LDC, a gestão de risco e as estratégias de hedge levaram a “resultados sólidos no primeiro semestre do ano”.

Fonte: MoneyTimes

Data: 21/09/2021

EXPORTAÇÃO DE SOJA E CARNE DO BRASIL MANTÉM EXPECTATIVA DE ALTA EM SETEMBRO



Até a segunda semana do mês, a exportação diária estava em 280,3 mil toneladas (Imagem: REUTERS/Rodolfo Buhner)

O Brasil, maior produtor e exportador global de soja, embarcou 270,14 mil toneladas do grão por dia no acumulado deste mês até a terceira semana, ante média diária de 202,9 mil toneladas em setembro de 2020, mostraram dados da Secretaria de Comércio

Exterior (Secex) nesta segunda-feira.

Caso o ritmo de embarques se mantenha até o final do mês, o país poderá superar o volume total de 4,26 milhões de toneladas de setembro do ano passado.

Em três semanas, o país já enviou 3,24 milhões de toneladas ao exterior.

Até a segunda semana do mês, a exportação diária estava em 280,3 mil toneladas.

O cenário também permanece positivo no setor de carne bovina, apesar de uma suspensão temporária de embarques que está em vigor para a China, após dois casos atípicos da “doença de vaca louca”.

A média diária de exportação da proteína atingiu 10,87 mil toneladas, ante 6,78 mil no mesmo mês completo de 2020, de acordo com os dados.

No comparativo semanal, houve recuo no volume de carne bovina embarcada por dia ante as 12,41 mil toneladas do levantamento até a segunda semana do mês, mas o número ficou praticamente estável em relação à média diária de 10,51 mil toneladas vista na primeira semana de setembro quando a suspensão para a China ainda não tinha entrado em vigor.

O Brasil chegou a enviar a proteína à China após o anúncio de embargo ao produto brasileiro pelo país asiático, o que gerou incertezas que ainda não foram solucionadas e preocupações se as cargas poderão entrar em território chinês, conforme reportagem publicada pela Reuters na última semana.

O setor confia que a carne que já estava no porto preparada para seguir ao mercado chinês e certificada pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) antes do embargo poderia continuar sendo exportada.

Fonte: MoneyTimes

Data: 21/09/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

RIO REGISTRA A GASOLINA COMUM MAIS CARA DO PAÍS, APONTA ANP

O estado do Rio de Janeiro registrou a maior cotação para o litro da gasolina comum no país na semana entre 12 e 18 de setembro

Por epbr - 20 de setembro de 2021 - Em Combustíveis, Comece seu Dia

Contato da redação

epbr@epbr.com.br

em jogo

O estado do Rio de Janeiro registrou a maior cotação para o litro da gasolina comum no país na semana entre 12 e 18 de setembro: R\$ 7,19, no município de São Francisco de Itabapoana. O litro do derivado também superou os R\$ 7 na cidade de Barra Mansa.

— Os dados fazem parte pesquisa semanal de preços de combustíveis divulgada pela ANP, que também indica que a menor cotação para a gasolina no estado foi encontrada em Nova Friburgo, na região serrana: R\$ 6,25. O preço médio da gasolina comum no Rio é de R\$ 6,6 por litro.

— Os dados mostram a consolidação da alta do preço do derivado pela sétima semana consecutiva. Além do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Acre seguem registrando máximas acima de R\$ 7 por litro.

— Amapá e São Paulo registraram os menores preços mínimos no período da pesquisa, com o litro da gasolina comum saindo por R\$ 5,19.

— No país, o preço médio da gasolina comum, ainda de acordo com os dados públicos da ANP, é de R\$ 6,12 por litro. No ano, a gasolina já subiu 35,5%, de acordo com a ANP.

— O levantamento da agência também constatou alta do diesel, pela quarta semana consecutiva. O preço médio do litro chegou a R\$ 4,709 em média no país, maior que os R\$ 4,695 da semana anterior e mais que os R\$ 4,608 de quatro semanas atrás. No ano, a alta é de 30,5%.

— Economista e professor do IBMEC-SP, Renato Veloni destaca que o dólar mais alto se reflete no preço de vários produtos, incluindo o combustível. “É uma política de preços que nós, sociedade, escolhemos”, disse à CNN

— Nesse sábado (18/9), caminhoneiros se reuniram em Brasília para tentar buscar uma pauta comum que una todas as entidades. Saíram com uma lista com oito reivindicações, entre elas assento em uma audiência pública que ainda será realizada com representantes da Petrobras para discutir a política de preços dos combustíveis. CNN

— Na última semana mostramos que deputados de diversos partidos cobraram mudança na política de preços de combustíveis da Petrobras, que desde 2016 se baseia no Preço de Paridade de Importação (PPI). O assunto foi discutido com o presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna, em comissão geral no Plenário da Câmara dos Deputados.

— A Petrobras também foi criticada pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Em evento do BTG Pactual na terça passada (14/9), Campos Neto disse que os reajustes da estatal ocorrem de forma mais rápida do que em outros países. G1

— Com a disparada dos preços da gasolina, aumentou a procura de motoristas pelo gás natural. Segundo dados do Denatran, o número de veículos convertidos para GNV em agosto de 2021 quase dobrou em relação a igual período do ano passado. JN

Apagão no Sudeste. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou nesse domingo (19/9) que o apagão que afetou parte da Região Sudeste na noite de sábado não teve relação com a crise hídrica do país.

“De acordo com o sistema de supervisão do Operador, houve interrupção de 696 MW na carga. Às 22h32, o abastecimento estava 100% normalizado”, diz nota enviada à imprensa.

— Ainda de acordo com o ONS, houve um desligamento total da SE Rocha Leão, de propriedade de Furnas, devido à atuação da proteção diferencial de barras do setor de 138 kV.

— A ocorrência afetou cidades do estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

— O ONS informou também que avaliará as causas da ocorrência junto aos agentes envolvidos.

CBA adere à redução de consumo elétrico. A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) aderiu ao programa de Redução Voluntária de Demanda de Energia Elétrica (RVD), criado pelo governo para estimular grandes consumidores de energia a reduzirem seu consumo.

— Segundo a empresa, sua produção de alumínio não será impactada, uma vez que realizará apenas um deslocamento da demanda do Sistema Interligado Nacional (SIN) durante as horas do dia,

— A CBA destaca que atende o seu consumo de energia elétrica com a geração própria 100% renovável em adição a contratos de compra de energia.

— A CBA prevê a manutenção do consumo em torno de 700 MW médios no período, o que gerou a necessidade de compra de energia pela redução de geração própria. Até o momento a CBA adquiriu 76 MWh por preço médio de R\$ 418 por megawatt-hora (MWh).

— Para os próximos meses, a companhia espera comprar de 30 a 40 MWh, a depender dos efeitos da hidrologia crítica no risco hidrológico e do nível dos reservatórios na produção do seu parque hidrelétrico.

— Para este semestre, a empresa estima que o impacto total da crise hídrica no seu Ebitda deve ser entre R\$ 150 milhões e R\$ 180 milhões. Valor

Primavera não trará chuvas suficientes para acabar com a crise. Com a chegada da primavera na próxima quarta (22/9), a empresa de meteorologia Climatempo prevê aumento da frequência e do volume de chuvas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte entre os meses de outubro e novembro. As precipitações, no entanto, não serão suficientes para sanar a crise hídrica e energética e encher os principais reservatórios do país.

— “Apesar da tendência de volume de chuva acima da média normal em áreas importantes para o abastecimento dos reservatórios para geração de energia, o volume de chuva ainda estará muito abaixo do necessário para regularizar a situação”, informou a Climatempo. Metrôpoles

Produção de óleo e gás cai em agosto. A produção de petróleo e gás natural do Brasil recuou em agosto na comparação com julho, conforme levantamento da ANP.

— A produção de petróleo no mês passado foi de 2,997 milhões de barris por dia. A queda foi de 1,6% ante julho, quanto o país teve o maior volume desde agosto de 2020. Na comparação anual, a redução foi ainda maior, de 2,8% – em agosto de 2020, a produção somou 3,084 milhões de bpd.

— Já a produção de gás em agosto recuou 1,8% ante o recorde histórico de julho e caiu 2,3% na comparação com um ano antes, para 136,594 milhões de m³ por dia.

— Somando a produção de óleo e gás, o Brasil produziu 3,856 milhões de boe/d, queda de 1,6% na comparação com julho e recuo de 1,7% versus agosto do ano passado.

— Maior produtora do país, a Petrobras respondeu por 2,19 milhões de bpd de petróleo, queda de 1,9% ante julho e de 4,9% na comparação anual. A companhia produziu 98,237 milhões de m³/d de gás, recuo de 2,1% ante julho e de 3,7% na comparação anual.

— Já a produção da anglo-holandesa Shell, a segunda maior produtora do Brasil, somou 369.507 bpd de petróleo em agosto, queda de 2% ante um ano antes, e 15,358 milhões de m³/d de gás natural, recuo de 1,2% na mesma comparação. Reuters

Retomada nos EUA provoca queda no petróleo. Os preços do petróleo caíram na sexta (17/9), com as empresas de energia do Golfo do México reiniciando a produção após consecutivos furacões na região paralisarem a produção.

— Os futuros do Brent recuaram 0,33 dólar para fechar em 75,34 dólares o barril. Já o WTI recuou 0,64 dólar para fechar em 71,97 dólares o barril. Na semana, o Brent avançou 3,3%, e o WTI subiu 3,2%. Reuters

Petróleo a US\$ 70 em 2022. A Opep e seus aliados tentarão manter os preços do petróleo em 70 dólares por barril no primeiro trimestre de 2022, disse o ministro do petróleo do Iraque, Ihsan Abdul Jabbar, nesse domingo (19/9).

—Ele acrescentou que o grupo deve cumprir seu atual acordo de produção quando se reunir em outubro “se os preços se mantiverem estáveis”.

— As exportações totais de petróleo do Iraque, incluindo as da região do Curdistão, no norte do país, devem ficar em uma média de 3,4 milhões de bpd em setembro, disse Jabbar. Reuters

Novonor apresenta planos para sair da Braskem. Sem proposta firme para suas ações na Braskem, a Novonor (ex-Odebrecht) apresenta nesta segunda (20/9) a credores seu plano para se desfazer de seus papéis. Se a estratégia for adiante, a família Odebrecht vai desfazer-se de sua principal empresa.

— A Novonor detém 50,1% do capital votante na Braskem e 38,3% do capital total. Na sexta (17/9), essa fatia equivalia a R\$ 19,3 bilhões. O grupo de credores com o qual a Novonor negociará a venda das ações é integrado por cinco bancos – Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Banco do Brasil e BNDES. Valor

— A Petrobras, segundo maior sócio da Braskem, com 36,1% do capital total (R\$ 18,2 bilhões), também está se desfazendo do negócio. A estatal avaliava exercer uma opção de venda conjunta (tag along) da sua parcela com a Novonor.

bp obtém financiamento para energia solar. A Lightsource bp, braço da petroleira bp para energia solar, anunciou que garantiu um novo crédito de US\$ 1,8 bilhão e um mecanismo de financiamento comercial para sua estratégia de atingir 25 GW solares até 2025.

— O financiamento, fornecido por dez instituições financeiras globais, sustenta as ambições de crescimento e a estratégia de execução da Lightsource bp, à medida que continua a acelerar a implantação da energia solar nas regiões EMEA (Europa, Oriente Médio e África), Américas e Ásia-Pacífico.

— Desde a sua formação, em 2010, a Lightsource desenvolveu 3,8 GW de projetos solares em todo o mundo. O objetivo agora é levar esse total para 25 GW, por meio de oportunidades greenfield, co-desenvolvimento e aquisição.

— Além disso, a Lightsource bp está desenvolvendo um portfólio de 9 GW exclusivamente para a bp.

Aggreko investe em biogás. Conhecida como prestadora de serviços de energia modular móvel, a escocesa Aggreko decidiu ampliar sua atuação no mercado brasileiro e se tornar investidora no segmento de biogás para geração de energia elétrica.

— A empresa está lançando uma chamada para atrair projetos que usem biomassa de diferentes origens para produzir biogás e gerar energia. Para isso, reservou R\$ 240 milhões – a execução de todo esse montante vai depender do resultado da chamada.

— No processo seletivo, o foco da Aggreko são empresas que forneçam resíduos, substratos e efluentes suficientes para gerar acima de 1 MW de energia. Se concretizado, o plano deve resultar na geração de 163 mil MWh por ano, o equivalente ao consumo anual de 81 mil residências. A previsão é ter a produção entre o fim de 2022 e o início de 2023.

— A Aggreko tem 25 MW em usinas de biogás na modalidade de geração distribuída. A ideia da empresa é continuar investindo nessa modalidade. Valor

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 20/09/2021

COMO O RATEIO DE CUSTOS DE ENERGIA PODE AUMENTAR A EFICIÊNCIA, GERANDO ECONOMIA ENERGÉTICA

Artigo por Pedro Okuhara – Por epbr - 20 de setembro de 2021 - Em Opinião

Durante um anúncio em rede nacional, no começo de setembro de 2021, o ministro de Minas de Energia, Bento Albuquerque, pediu “uso consciente” de água e energia elétrica para reduzir a pressão sobre o sistema elétrico brasileiro. Mesmo sem utilizar o termo “racionamento” para evitar impactos econômicos negativos, a sabedoria popular sugere que “para bom entendedor, meia palavra basta”.

Portanto, esse é momento de buscar soluções capazes de aumentar a eficiência energética em todos os setores da Indústria, agora não apenas pela questão de custo, mas também para não haver risco de falta de energia no país.

O ponto de partida para a econômica de energia elétrica, como em outras situações, está na identificação precisa dos gargalos, ou seja, é preciso conhecer a fundo os gastos energéticos, através de análises internas que entreguem um panorama geral, utilizando equipamentos e soluções para monitoramento e gestão de energia.

Conhecimento é a base da eficiência energética

O rateio de energia surge como uma solução para aumentar a transparência interna relacionada ao consumo energético, gerando indicadores para tomada de decisão, desenvolvimento de projetos de eficiência energética, e o mais importante, aumentar a lucratividade.

Mas, para isso, é preciso saber exatamente o consumo em cada etapa da produção, ou até mesmo, em cada equipamento ou setor na linha de produção.

O monitoramento de todas as máquinas e equipamentos parece algo distante e que depende de alto investimento, mas com uma crescente demanda no mercado, inclusive para aquelas empresas que já estão se planejando ou implementando a Indústria 4.0.

É a partir desses dados que serão retiradas oportunidades de eficiência energética significativas, como retrofit em equipamentos, soluções alternativas para partidas de motores, readequação de linhas de produção, entre outras.

Definição de um plano estratégico

Um plano estratégico de gerenciamento de energia com rateio de custos bem-sucedido identifica as principais oportunidades, define metas, rastreia o progresso e relata os resultados enquanto visa a economia de energia.

Na maioria das vezes, existe a necessidade de criar etapas, para diluir o investimento em partes (por linha de produção, por prédio, por tipo máquina, etc), criando um cronograma de implementação de monitoramento da operação.

Lembrando que o mais importante é iniciar, mesmo que de forma tímida, e ir expandindo aos poucos.

Um planejamento eficaz garante a melhoria contínua da gestão energética, aumenta o valor das plantas industriais, comerciais e residenciais, além de melhorar a competitividade e lucro da produção.

Alcançar um estágio de eficiência energética significa usar menos energia para alcançar os mesmos resultados. Ser energeticamente eficiente e melhorar a produtividade energética em nossos produtos, residências e edifícios comerciais pode ajudar, além de reduzir as contas de energia, a proteger o meio ambiente e criar uma cultura de sustentabilidade.

O mais importante é dar o primeiro passo, que pode ser o rateio de custos de energia, através do entendimento e avaliação do gasto em cada etapa do processo produtivo com dados confiáveis, com a implantação de dispositivos que facilitem o gerenciamento, medição, coleta e análise do consumo de energia.

Com esses dados, entregues em dashboards amigáveis, é possível aprimorar iniciativas de eficiência energética, aumento da produtividade e redução de custos.

Pedro Okuhara é especialista de produtos e aplicação da Mitsubishi Electric

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 21/09/2021

GZH ECONOMIA

GZH ECONOMIA

RESERVATÓRIOS DO SUBSISTEMA SUL DEIXAM DE PERDER ÁGUA E SOBEM 4% NO MÊS

Por Denise Luna

O nível de água dos reservatórios das hidrelétricas do subsistema Sul do País deixou de cair nos últimos três dias, acumulando alta de 4% no mês, uma boa notícia para o estressado sistema elétrico brasileiro, mas ainda longe de resolver a crise energética. Na segunda-feira, 21, esse subsistema operava com 31,6% de armazenamento de água, contra 27,2% no início de setembro.

Em média, o Sistema Interligado Nacional (SIN) opera com armazenamento de 25,9%, puxado para baixo principalmente pelo subsistema Sudeste/Centro Oeste, que na segunda-feira estava apenas 18% cheio.

No mês, a queda desse subsistema é de 3,3% até ontem (20), mas a previsão do Operador Nacional do Sistema (ONS) é de que chegue a 14,9% no fim de setembro.

Apesar de apresentar o maior volume de armazenagem, o subsistema Norte, onde estão grandes hidrelétricas como Belo Monte e as usinas do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), com 64,4% de armazenagem, não estão produzindo muita energia por serem usinas a fio d'água, ou seja, não acumulam água e produzem energia de acordo com a afluência dos rios.

As chuvas na região começam a se reduzir nessa época, e a armazenagem dos reservatórios registra queda de 5,9% no mês.

Também o subsistema Nordeste vem registrando queda no armazenamento de água nas hidrelétricas, com queda de 5,4% no mês e armazenagem de 43,8%.

Fonte: GZH Economia

Data: 21/09/2021

RIO BUSCA R\$ 7,5 BI EM 2º LEILÃO DA CEDAE

Por Vinicius Neder

Após realizar em abril um leilão que concedeu à iniciativa privada parte dos serviços da Cedae, a estatal de água e esgoto, com arrecadação de R\$ 22,7 bilhões, o governo do Rio quer fechar 2021 com mais uma concessão bilionária. A licitação do bloco remanescente do leilão de abril poderá envolver em torno de R\$ 7,5 bilhões, entre taxas para os governos e investimentos em obras, disse o secretário de Estado da Casa Civil, Nicola Miccione. O governo pretende fazer o leilão ainda este ano.

A concessão foi oferecida ao mercado em quatro blocos nos leilões de abril. O bloco 3 terminou sem interessados. Era formado por bairros da zona oeste da capital e seis cidades do interior. A área foi oferecida por um mínimo de R\$ 3,5 bilhões. Com a falta de interessados, o projeto foi reformulado e cresceu, com a inclusão de mais cidades.

Agora, o projeto inclui 18 municípios do interior. O governo estadual ainda pretende incluir Angra dos Reis, no litoral sul. Com Angra, o projeto de concessão passaria a alcançar cerca de 3 milhões de pessoas, exigindo cerca de R\$ 5 bilhões em obras. O valor mínimo de outorga deverá passar para R\$ 2,6 bilhões. Em abril, Estado e prefeituras fluminenses levantaram R\$ 22,7 bilhões, bem acima dos R\$ 10,6 bilhões mínimos.

Esses valores estarão no edital de concessão do novo bloco, a ser publicado no início de novembro. O edital passará antes por um período de consulta pública, no mês que vem. Miccione garante que o leilão será realizado em 29 de dezembro.

A reformulação do bloco 3 no novo projeto mais encorpado é, na verdade, uma volta às origens. No modelo original, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), todos os 64 municípios fluminenses atendidos pela Cedae estariam na concessão. Só que, no saneamento, o poder concedente é o município. Ou seja, depende de decisão das prefeituras, e isso foi um obstáculo para o governo estadual.

No fim das contas, 35 cidades, incluindo a capital, entraram nos quatro blocos leiloados em abril. As maiores cidades que ficaram de fora foram Angra dos Reis, Teresópolis, na região serrana, e Macaé, no litoral norte. Juntos, os três municípios receberiam R\$ 1,9 bilhão em investimentos.

O novo bloco a ser leiloado em dezembro cresceu porque cidades menores voltaram atrás na decisão. Teresópolis manteve sua decisão porque preferiu lançar uma concessão própria. O edital deve ser publicado esta semana, disse a assessoria de imprensa da prefeitura. O projeto exige R\$ 360 milhões em obras.

Macaé ainda não confirmou a adesão com o governo estadual. Os serviços de coleta e tratamento de esgoto da cidade são operados pela BRK Ambiental, numa parceria público-privada (PPP).

Segundo Miccione, é possível incluir mais municípios no novo projeto até outubro, nem que seja preciso atrasar em "um ou dois dias" a publicação do edital. O secretário demonstra esperança na negociação com Angra, mas, em agosto, o prefeito da cidade, Fernando Jordão (MDB), mandou ofício para o governador Cláudio Castro (PL) "declinando" do convite para aderir ao projeto.

Desde o início do processo de concessão, as autoridades de Angra têm indicado a opção de partir para uma concessão independente. Em torno de 75% da área da cidade turística do litoral sul são atendidos pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Angra (Saae), autarquia municipal criada em 2002. A Cedae opera na distribuição de água de 25% do território, com destaque para a região central, de melhor infraestrutura.

A ideia da prefeitura, segundo o presidente do Saae, Felipe Larrosa, é romper de vez com a Cedae e passar toda a gestão de água e esgoto para a autarquia. "O nosso sentimento é que Angra, sozinha, se paga ao longo de 35 anos de concessão", afirmou o presidente do Saae.

Fonte: GZH Economia

Data: 21/09/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO E CONGRESSO NEGOCIAM PAGAMENTO DE R\$ 39,4 BI DE PRECATÓRIOS EM 2022, O QUE PODE ABRIR ESPAÇO PARA AUXÍLIO BRASIL

Solução foi discutida entre os presidentes da Câmara e Senado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, e o ministro da Economia, Paulo Guedes

Por Fernanda Trisotto e Bruno Góes

BRASÍLIA – O governo e Congresso estão negociando uma saída para o impasse dos precatórios – dívidas das quais a União não pode mais recorrer e que vão ocupar um espaço de R\$ 89,1 bilhões no Orçamento de 2022. A solução mantém a despesa dentro do teto de gastos e cria uma limitação para essa despesa, usando como base o valor desembolsado pelo governo em 2016, ano em que foi instituída a regra fiscal.



Com isso, em 2022, o governo pagaria R\$ 39,4 bilhões em precatórios, o que abriria espaço para a expansão do Auxílio Brasil. O programa, que é a reformulação do Bolsa Família, ainda depende da aprovação da reforma do Imposto de Renda para rodar no próximo ano.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, entre os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG)
Foto: UESLEI MARCELINO / Reuters

— O presidente Arthur Lira vai submeter à Câmara dos Deputados, vamos submeter ao Senado, o encaminhamento no sentido de que a imposição do pagamento dos R\$ 89 bilhões de precatório deve respeitar, de parte disso, o teto dos gastos públicos, a partir de uma atualização desde 2016 dos precatórios, que se chega a um valor da ordem de R\$ 39,4 bilhões, que seriam honrados — afirmou Pacheco.

E acrescentou:

— Permanceria um saldo, que estaria alheio a esse limite de teto. E, que para ser honrados, há caminhos.

A solução, que já havia sido antecipada pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), foi discutida nesta terça-feira com o ministro da Economia, Paulo Guedes. A mudança deve ser incorporada às discussões da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que está tramitando na Câmara.

A proposta do governo, que previa o parcelamento das dívidas em até dez anos, foi alvo de críticas por ser considerada um tipo de contabilidade criativa ou calote. Mas traz parte dessas outras soluções mencionadas por Pacheco, como é o caso do encontro de contas. Essa solução permite que um estado que tem uma dívida com a União, por exemplo, use o valor que receberia a título de precatórios para abater o débito.

Lira destacou essa possibilidade, e também ressaltou o compromisso com o teto de gastos:

— Que fique claro que há um compromisso de respeito ao teto. Há o compromisso de pagar efetivamente os precatórios. Há o compromisso de abrir caminhos para negociação desses precatórios para efetivamente fazer qualquer encontro de contas, tanto público quanto privado desses precatórios, E, por fim, a criação do novo programa social, que é imperioso que seja esse ano.

Ele adiantou que faria a leitura da criação a comissão especial que avaliará a PEC ainda nesta terça-feira. Lira também cobrou de Pacheco a análise da reforma do Imposto de Renda, que será a fonte de compensação para a expansão do programa social em 2022. Durante a sessão plenária, Lira procedeu com esse rito para a criação da comissão, que será oficialmente instalada na quarta-feira. Ainda estão pendentes as indicações de relator e presidente do colegiado.

Após a reunião, Paulo Guedes disse que estava “confiante” para que a solução virasse realidade. Ele citou problemas como a crise hídrica, o aumento de preço de alimentos e a pressão inflacionária para justificar a fórmula debatida.

— De um lado, temos o compromisso social, responsabilidade social, e de outro a responsabilidade fiscal. Durante esse tempo passado, foi a guerra da pandemia. Agora, nós temos que lançar uma camada de proteção, aumentar recursos do Bolsa Família, para minimizar a guerra do século.

Segundo ele, o processo é muito bem conduzido por Arthur Lira e Rodrigo Pacheco.

— Quero renovar a minha confiança na democracia brasileira, que tem sempre surpreendido. Enquanto há gente que tenta descredenciar a democracia brasileira, internamente e lá fora, nós surpreendemos o mundo no primeiro ano, com reformas importantes, surpreendemos no segundo ano. A economia cresceu em V. Vai crescer esse ano 5,4%. Criou 1,5 milhão de empregos - disse Guedes.

Solução dos precatórios impacta programa social

O governo precisa solucionar impasse dos precatórios para abrir espaço no Orçamento em 2022 que viabilize o novo programa social Auxílio Brasil, que será a vitrine eleitoral de Jair Bolsonaro. O novo programa deve atender a 17 milhões de famílias, pagando um benefício médio de R\$ 300.

O problema é que os precatórios ocupavam muito espaço no Orçamento. As despesas saltaram de R\$ 54,7 bilhões em 2021 para R\$ 89,1 bilhões em 2022, o que comprometeria o espaço fiscal para qualquer expansão de despesa.

Por isso, é preciso encontrar uma solução rápida para esse problema, a tempo de o governo enviar uma mensagem modificativa alterando a proposta de Orçamento para o ano que vem, que contemplará mais recursos para o programa social. Por ora, a previsão é de R\$ 34,7 bilhões, mesmo valor do atual Bolsa Família, insuficiente para a expansão da ação.

A reformulação do Bolsa Família ainda depende da indicação das fontes de compensação do programa: o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) resolve a questão em 2021, mas para os próximos anos é preciso aprovar a reforma do Imposto de Renda. Essa proposta está parada no Senado, aguardando a indicação de um relator na Comissão de Assuntos Econômicos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/09/2021

ALCOA ANUNCIA RETOMADA DA PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO NO MARANHÃO

Alumar, fundição inativa desde 2015 em São Luís, vai produzir seu primeiro metal fundido no segundo trimestre do ano que vem

Por Bloomberg



Alumar, fábrica da Alcoa em São Luís, retomará produção Foto: Reprodução

PITTSBURGH, PENNSYLVANIA - A Alcoa e a South32 retomarão as operações de uma fundição de alumínio inativa no Brasil depois que os preços do metal atingiram a maior alta em 13 anos, em meio a cortes de produção na China. As ações da Alcoa caíram após o anúncio.

A Alumar, complexo em São Luís, no Maranhão, que está paralisado desde 2015, vai produzir seu primeiro metal fundido no segundo trimestre do ano que vem, informou a Alcoa em comunicado na noite de segunda-feira. A parcela do custo de reativação do principal produtor de alumínio dos Estados Unidos será de cerca de US\$ 75 milhões.

O preço do alumínio, que é usado em tudo, de carros a latas de cerveja, dobrou nos últimos 18 meses, transformando a sorte de uma indústria de longa data.

"O mercado de alumínio continua apertado, com baixa disponibilidade de metal devido aos cortes na produção chinesa, atrasos nos portos e problemas de transporte", disse Colin Hamilton, analista de commodities da BMO Capital Markets, em nota aos clientes. "Esperamos que a

consequente recuperação dos preços estimule os aumentos de capacidade, o primeiro dos quais foi visto com o anúncio da Alcoa de reiniciar as operações."

As ações da Alcoa caíram até 8,2%, a maior queda intradiária em um mês. A ação liderou as perdas do Bloomberg Americas Mining Index.

As restrições de energia são parte das limitações de fornecimento. A Alumar será movida a energia 100% renovável até 2024, já que uma seca prolongada no Brasil está restringindo a energia hidrelétrica.

A fundição, que voltará a operar no quarto trimestre de 2022, tem capacidade anual de 447.000 toneladas métricas, incluindo a participação da Alcoa de 268.000 toneladas. Isso significa que cerca de 80% da capacidade global de fundição de 2,99 milhões de toneladas da empresa estará em operação.

A retomada será uma injeção de energia para a indústria no Brasil. A energia hidrelétrica do país, que já foi abundante e barata e rico em bauxita, chegou a ser o sexto maior produtor de alumínio do mundo. Hoje, caiu para a 15ª posição.

"Nossa decisão de retomar a produção é baseada em uma análise que mostra que a fundição pode ser competitiva em todos os ciclos, aproveitando a refinaria no mesmo local, uma forte força de trabalho e acordos competitivos de energia renovável", disse o diretor de Operações da Alcoa John Slaven.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/09/2021

SHELL LANÇA MARCA DE ENERGIA RENOVÁVEL NO BRASIL E PROMETE INVESTIMENTO DE R\$ 3 BI

Objetivo é ampliar os projetos de energia solar, eólica em alto-mar e termelétricas movidas a gás natural, diz empresa

Por Bruno Rosa



Projetos de energia solar avançam no Brasil **Foto: Divulgação**

RIO - A Shell pretende investir R\$ 3 bilhões em projetos de energia renovável até 2025 no Brasil. A estratégia de uma das maiores produtoras de petróleo e gás no mundo é ampliar os projetos de energia solar, eólica em alto-mar e termelétricas movidas a gás natural.

A companhia anunciou na manhã desta terça-feira o lançamento da marca Shell Energy, que vai atuar apenas no desenvolvimento de projetos de energia limpa. Recentemente, a BR Distribuidora anunciou que vai passar a se chamar Vibra de olho também em projetos sustentáveis. Os projetos ocorrem em meio à maior crise hídrica dos últimos 91 anos.

De acordo com a Shell, o Brasil é um dos mercados prioritários no mundo, ao lado dos Estados Unidos, Austrália e Europa Ocidental. Segundo Guilherme Perdigão, diretor de Novas Energias da Shell Brasil e Shell Energy, o foco da companhia é investir em projetos de geração energia elétrica e ampliar a comercialização de eletricidade a partir de fontes renováveis.

-Há um aumento do consumo de energia elétrica no Brasil e perspectiva de avanço de 5% por ano. O Brasil é uma prioridade para a Shell. Dos R\$ 3 bilhões de investimentos previstos até

2025, grande parte será em projetos solares e usinas termelétricas movidas a gás - disse Perdigão.

O executivo destacou que a empresa pretende participar do leilão emergencial que será feito pelo governo para contratação de energia através de termelétricas.

Além disso, a Shell pretende inaugurar em janeiro de 2023 a térmica a gás Marlim Azul, em Macaé, no Rio de Janeiro. Segundo Perdigão, a conclusão da obra chegou a 70%. Recentemente, o governo, por conta da crise energética, pediu a antecipação da entrada em operação de uma térmica no Porto do Açu, em São João da Barra, no Rio.

-Hoje (terça-feira) chegou a turbina. Os principais equipamentos já estão lá. Temos mais de 1.200 pessoas trabalhando no local. O empreendimento vai contar com um gasoduto de 22 quilômetros e conexão de linhas de transmissão. Queremos expandir a geração térmica a gás no Brasil para prover segurança energética - explicou Perdigão.

A companhia também pretende ampliar as operações de GNL (gás liquefeito, em estado líquido) no Brasil, afirmou a gerente de Vendas e Originação de Gás, Carolina Bunting. Já Gabriela Oliveira, gerente de Desenvolvimento de Energias Renováveis da Shell Brasil, destacou os planos para ampliação em projetos solares.

A expectativa é ampliar em 35% a capacidade de geração solar, com base nos projetos que já estão em desenvolvimento. A empresa anunciou recentemente termo de cooperação para criar uma joint-venture com a Gerdau para desenvolver um projeto solar.

Com os projetos, a empresa pretende ampliar a atuação na área de comercialização de energia elétrica. A meta é dobrar o volume até 2030.

Além disso, Gabriela disse que a empresa pretende antecipar no Brasil os projetos de geração de energia eólica em alto-mar. O governo está elaborando um marco regulatório com a criação de regras para permitir o desenvolvimento dos projetos no país.

-Estamos estudando a costa brasileira como um todo para ver o melhor local. Vamos ainda olhar projetos híbridos de geração entre solar e eólica e projetos que utilizam baterias, como já ocorre nos Estados Unidos - disse Gabriela.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 21/09/2021

ANAC APROVA MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO DOS AEROPORTOS SANTOS DUMONT E CONGONHAS

Concessões dos dois terminais, considerados joias da coroa, exigirão investimentos na ordem R\$ 8 bilhões

Por Geralda Doca



Pista do Aeroporto Santos Dumont Foto: Reprodução

BRASÍLIA— A diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), aprovou, nesta terça-feira, a minuta do edital de licitação e dos contratos de concessão da sétima rodada dos aeroportos, quando serão leiloados Santos Dumont (RJ) e Congonhas (SP). Os documentos ficarão em consulta pública por 45 dias e sem seguida, serão submetidos à aprovação do Tribunal de Contas da

União (TCU).

Viu isso? Ministro da Infraestrutura cita possibilidade de usar recursos da outorga do Galeão para melhorar acesso ao aeroporto

Conforme O GLOBO antecipou, o governo decidiu acelerar o leilão dos terminais, considerados joias da coroa da rede da Infraero e reduziu o tempo entre a aprovação do edital pelo TCU e a realização do certame de 100 dias para 70 dias.

O plano do Ministério de Infraestrutura é realizar o leilão até abril de 2022.

Nessa etapa, serão licitados 16 terminais, em blocos, puxados por Santos Dumont, Congonhas e Belém. O investimento obrigatório total na infraestrutura para ampliação de capacidade desses aeroportos está projetado em R\$ 8,8 bilhões, ao longo da concessão. Os contratos terão duração de 30 anos. O lance mínimo inicial total para os três blocos foi fixado em R\$ 897,7 milhões, sendo R\$ 355 milhões pelo Santos Dumont. Esses valores, entretanto, devem ser superados na disputa.

Os aeroportos incluídos nessa etapa de privatização respondem pelo processamento de 39,2 milhões de embarques e desembarques de passageiros e 26% dos passageiros que pagaram passagem aéreas no mercado de transporte aéreo brasileiro em 2019, segundo a Anac.

Conheça os três blocos de aeroportos

- Bloco RJ-MG: aeroportos de Santos Dumont e Jacarepaguá, no Rio de Janeiro/RJ, Montes Claros/MG, Uberlândia/MG e Uberaba/MG. A contribuição inicial mínima é de R\$ 355,2 milhões;
- Bloco SP-MS-PA: aeroportos de Congonhas e Campo de Marte, em São Paulo/SP, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Ponta Porã/MS, Santarém/PA, Marabá/PA, Parauapebas/PA e Altamira/PA. A contribuição inicial mínima é de R\$ 487 milhões.;
- Bloco Norte II: aeroportos de Belém/PA e Macapá/AP. A contribuição inicial mínima é de R\$ 55,5 milhões.

Conforme ocorreu nas últimas rodadas, não haverá restrição à concorrência. Ou seja, um mesmo proponente pode arrematar os três blocos. Fundos de investimentos poderão participar do certame e contratar, posteriormente, um operador aeroportuário.

A exigência para esse operador é comprovação de experiência no processamento de passageiros, em pelo menos um dos últimos cinco anos, de um milhão de passageiros para o Bloco Norte II e cinco milhões de passageiros para os blocos SP-PA-MS e RJ-MG

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/09/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

NOVO PLANO DA PETROBRAS VAI PREVER REFLORESTAMENTO PARA COMPENSAR EMISSÕES, DIZEM FONTES

Por Rodrigo Viga Gaier

RIO DE JANEIRO (Reuters) – O novo plano estratégico da Petrobras, que vai englobar o período entre 2022 e 2026, trará iniciativas de descarbonização, como um programa de reflorestamento de áreas degradadas, disseram duas fontes com conhecimento do assunto.

A intenção da empresa, que deverá divulgar em novembro o plano de negócios plurianual, é adotar áreas para serem reflorestadas, com o objetivo de compensar parte de suas emissões, disseram as pessoas à Reuters, pedindo para não serem identificadas.

“O plano terá uma pegada de descarbonização e de compromisso com meio ambiente”, disse uma das fontes. “A ideia é adotar uma área para preservar, para ser reflorestada. Bancar um reflorestamento e tomar conta dela.”

A Petrobras tem conversas com Ministério do Meio Ambiente e está trabalhando para definir detalhes sobre a proposta, segundo as fontes.

“O reflorestamento é para compensar as emissões. Por enquanto, talvez não consiga tudo, mas a meta é zerar num prazo ainda a ser fechado”, adicionou.

Na segunda-feira, a Petrobras anunciou ambição de atingir a neutralidade das emissões nas atividades sob seu controle, conforme o estabelecido pelo Acordo de Paris, que trata de medidas para amenizar as mudanças climáticas. Mas a empresa não apresentou uma meta numérica.

As fontes disseram que não havia definição sobre como será o movimento da Petrobras em energias renováveis e o papel que isso poderia ter na agenda de sustentabilidade ambiental da empresa.

Há estudos para a empresa retomar investimentos em energia renovável ou mesmo comprar eletricidade a partir dessa fonte.

“Tudo está sendo considerado”, disse uma das pessoas a par do assunto.

A estatal chegou a deter empreendimentos em energia eólica, mas desinvestiu, buscando focar recursos na exploração e produção de petróleo do pré-sal.

Neste tema, o programa de investimentos deverá seguir na mesma direção, com foco no desenvolvimento desses ativos de águas profundas, altamente produtivos, enquanto a empresa dá alguns passos visando a transição energética com menor pegada de carbono.

“O novo plano estratégico está vindo aí e pode ser que algo seja contemplado”, disse uma terceira fonte, ao ser questionada se a empresa trará metas de redução de emissões.

A empresa e o Ministério de Meio Ambiente não comentaram o assunto imediatamente.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/09/2021

BNDES APROVA EMPRÉSTIMO DE R\$ 166 MILHÕES PARA LINHAS DE TRANSMISSÃO DA ENERGISA

Por Vinicius Neder



O projeto de investimento prevê a construção de três linhas de transmissão
Imagem: Adriano Machado//Bloomberg

Rio - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um empréstimo de R\$ 166 milhões para a Energisa Tocantins Transmissora de Energia, subsidiária do Grupo Energisa, informou nesta terça-feira, 21, a instituição de fomento. Segundo o BNDES, os investimentos permitirão o escoamento de cerca de 390 megawatts (MW) de energia proveniente do potencial hidráulico e fotovoltaico da região da divisa de Tocantins com a Bahia.

O projeto de investimento prevê a construção de três linhas de transmissão, de uma subestação no Tocantins, além da ampliação de outras duas já existentes no Tocantins e na Bahia.

Segundo o BNDES, o projeto de investimentos vai beneficiar cerca de 500 mil consumidores e gerar 1.400 empregos diretos e 4.000 indiretos durante as obras – além de outros 45 postos diretos e 150 indiretos permanentes na fase de operação.

O Grupo Energisa investirá R\$ 660 milhões no projeto. Assim, o empréstimo do BNDES corresponderá a cerca de 25% dos investimentos.

A aprovação do empréstimo para a Energisa Tocantins Transmissora de Energia se soma a outros financiamentos do BNDES ao grupo.

Em fevereiro, o banco de fomento aprovou empréstimo de R\$ 1,49 bilhão para o plano de investimentos de nove distribuidoras de eletricidade do Grupo Energisa.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/09/2021

EM BUSCA DE SOLUÇÃO PARA PRECATÓRIOS, LIRA E PACHECO CHAMAM GUEDES PARA REUNIÃO

Presidentes da Câmara e do Senado querem encontrar, ainda nesta semana, uma solução para as dívidas judiciais da União - que já somam R\$ 89 bilhões em 2022-, sem estourar o teto de gastos

Por Camila Turtelli e Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo



BRASÍLIA - Uma nova rodada de conversas, agora com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes, foi agendada pelos presidentes do Senado e Câmara, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Arthur Lira (PP-AL), para esta terça-feira. Eles querem encontrar, ainda nesta semana, uma solução sobre o pagamento dos precatórios, dívidas reconhecidas da União que somam uma conta de R\$ 89 bilhões em 2022, sem estourar o teto de gastos e ainda com espaço no Orçamento

para bancar o programa social do governo, o Auxílio Brasil.

Segundo a regra do teto de gastos, as despesas previstas no Orçamento não podem crescer mais do que a inflação do ano anterior, o que limita o espaço do governo para gastos no ano que vem. O governo Bolsonaro defende uma ampliação do novo Bolsa Família, mas o Orçamento ficou limitado por causa do pagamento de precatórios, bem acima dos R\$ 54 bilhões pagos este ano. Além disso, a alta da inflação também limita o espaço no teto de gastos, uma vez que os benefícios previdenciários são reajustados de acordo com o INPC.

Arthur Lira e Rodrigo Pacheco: presidentes da Câmara e do Senado acreditam que precatórios precisam ser tratados com 'máxima responsabilidade'. Foto: Dida Sampaio/Estadão - 31/3/2021

O governo propôs inicialmente parcelar as despesas com as dívidas judiciais com valores acima de R\$ 66 milhões (60 mil salários mínimos), por meio de uma PEC. A proposta foi criticada por especialistas como uma espécie de calote, mas foi aprovada recentemente na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Outras propostas em estudo incluem a retirada dos precatórios, ou de parte deles, da regra do teto de gastos, ou colocar um limite para o crescimento das dívidas

judiciais, também atrelado à inflação -- como ocorre com as demais despesas do governo, por causa da regra do teto de gastos.

A solução do impasse, segundo Lira, é a votação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que possa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado. "Não há outro caminho que não seja, nesse momento, a votação de uma PEC na Câmara e essa mesma PEC, no Senado. Por isso que nós precisamos ter muita cautela no encaminhamento desses temas, como bem frisou o presidente Rodrigo [Pacheco], mantendo respeito ao teto, mantendo o respeito às decisões judiciais, levando em conta a questão urgente de se realinhar um novo programa social, mais justo e amplo, para esse momento. Mas o caminho a ser seguido é o caminho legislativo", disse Lira ao final da reunião de hoje.

O encontro desta segunda-feira, 20, na residência oficial da Câmara, não teve a participação de Guedes. Conversaram Lira, Pacheco e o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE). "Esse assunto deve ser tratado com a máxima responsabilidade. Nós não finalizamos ainda o entendimento completo sobre o assunto. Faremos outra reunião amanhã", anunciou Lira.

O presidente do Senado enfatizou a urgência do problema e disse acreditar que uma solução poderá ser encontrada ainda esta semana. "Nós temos de ter responsabilidade fiscal. Isso é uma tônica que a gente busca imprimir no Senado e na Câmara. Portanto, não é uma equação fácil. É uma operação complexa e nós temos de exaurir todas as alternativas", disse Pacheco.

Pacheco disse que a participação do Poder Executivo é imprescindível no debate. Por isso, uma nova reunião com a presença de Guedes foi agendada para a manhã desta terça-feira, 21, às 10h.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 21/09/2021

COSAN ANUNCIA A COMPRA DE FATIA NA RADAR POR R\$1,5 BI

Por Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) – O conglomerado Cosan fechou contrato com a Mansilla Participações para comprar uma fatia adicional na gestora de propriedades agrícolas Radar por um valor líquido de 1,479 bilhão de reais.

Segundo fato relevante publicado na noite de segunda-feira, o acordo assinado com a Mansilla, veículo do fundo de investimento TIAA (Teachers Insurance and Annuity Association of America), dará à Cosan mais de 50% do total do capital social da Radar, após a conclusão da aquisição e de uma reorganização societária.

A companhia deverá fazer a aquisição por meio da estrutura de Fundo de Investimentos anunciada em fato relevante em 23 de agosto de 2021.

"Este movimento está alinhado à estratégia de alocação de capital da Cosan, reforçando o compromisso da companhia com o desenvolvimento do agronegócio brasileiro e com a criação de valor para seus stakeholders", disse a Cosan, destacando que a Radar tem "capacidade para investir em ativos com alto potencial produtivo no Brasil".

Por meio de um sistema de geomonitoramento via satélite, a Radar detém e administra cerca de 390 propriedades rurais com um total de 96.000 hectares, dedicados ao cultivo de cana-de-açúcar, soja, algodão, milho e outros nos Estados de São Paulo, Maranhão, e Mato Grosso.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 21/09/2021

ACORDO COM O CONGRESSO CRIA 'SOLUÇÃO' QUE JOGA ATÉ R\$ 50 BI EM PRECATÓRIOS PARA 2023

Após reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira, e com o ministro Paulo Guedes, presidente do Senado disse que medida 'não é calote, é uma prorrogação'; dívidas judiciais da União em 2022 somam R\$ 89,1 bilhões

Por Lorena Rodrigues, Camila Turtelli e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Depois de uma reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciou que enviará ao Congresso Nacional uma proposta de retirar do teto de gastos a maior parte dos R\$ 89,1 bilhões devidos pelo governo em dívidas judiciais que deveriam ser pagos no ano que vem.

A ideia é corrigir o montante pago com precatórios em 2016, ano em que o teto de gastos foi instituído, e travar o pagamento das despesas nesse valor, que ficaria entre R\$ 39 bilhões e R\$ 40 bilhões. Com isso, cerca de R\$ 50 bilhões do total previsto para 2022 ficaria “alheio ao limite do teto”, e poderia ser transferido para 2023.

“Não é calote, é uma prorrogação, e também não é o parcelamento. É um formato que pode dar uma solução para esse problema e tirar esse problema, porque temos outros para enfrentar”, afirmou Pacheco.



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Foto: Adriano Machado/Reuters - 16/9/2021

De acordo com o presidente do Senado, a ideia é aproveitar a proposta de emenda à Constituição (PEC) enviada pelo governo sobre o tema para fazer a mudança. Apesar de, na prática, o acordo prever a retirada da maior parte do montante a ser pago em 2022 do teto de gastos, Pacheco disse que a regra fiscal está sendo respeitada.

“Temos uma realidade, o cumprimento do teto. Outra hipótese seria retirar precatórios do teto de gastos públicos o que, neste momento, considerando todas as pressões que há em relação a inflação, câmbio e estabilidade do País, não seria conveniente”, completou.

“Há três conceitos que devemos conciliar, o pagamento de precatórios, o teto de gastos e um programa social robusto. A preocupação maior da reunião é abrir espaço para um programa social de atendimento às pessoas”, afirmou.

De acordo com Pacheco, serão privilegiados no pagamento precatórios de menor valor. Serão consideradas alternativas para pagar o restante do montante, como encontro de contas e pagamentos com ativos. “Caso não haja possibilidade, (a ideia é) transferir para 2023 respeitando teto de gastos públicos”, completou.

Ele ressaltou que a proposta vai ser submetida aos líderes da Câmara e do Senado. O objetivo é encontrar ainda nesta semana uma solução sobre o pagamento dos precatórios - dívidas reconhecidas da União que somam R\$ 89,1 bilhões para 2022 - sem estourar o teto de gastos e ainda com espaço no Orçamento para bancar o novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, que deve substituir o Bolsa Família.

O ministro Paulo Guedes disse estar confiante na solução para aprovar a proposta. “O espaço fiscal está na PEC dos precatórios que havíamos enviado e naturalmente evoluções vão acontecer pelo processo político. Queremos atender o duplo compromisso da responsabilidade social com responsabilidade fiscal. Esse difícil equilíbrio é que a arte da política, que é a arte de fazer escolhas. Estamos caminhando muito bem pelo resultado da reunião de hoje”, afirmou.

“Estou muito confiante no Congresso e no Supremo Tribunal Federal de que vamos conseguir manter o compromisso com a responsabilidade social”, completou.

Guedes argumentou que o aumento da inflação reforça a necessidade de um programa social mais robusto. “Temos que lançar uma camada de proteção, com recursos para um Bolsa Família aumentado para minimizar os impactos que a guerra contra a pandemia trouxe. Tivemos aumento do preço da comida, crise hídrica, uma série de pressões inflacionárias, e precisamos proteger as camadas mais vulneráveis. O Bolsa Família precisa ser fortalecido dentro de um programa mais amplo.”

Tramitação na Câmara

Arthur Lira disse que buscará um acordo de procedimento com os líderes na Casa para abreviar o tempo de tramitação da PEC dos precatórios. Ao abrir a sessão da Casa nesta terça, Lira leu a criação da comissão especial para a proposta de emenda à Constituição (PEC) dos precatórios.

Ele agendou para amanhã, às 10h, a instalação do colegiado com a eleição do presidente e do relator. Mais cedo, ele afirmou que pretende acelerar a tramitação da proposta na casa, contando os prazos de segunda a sexta, para dar o tempo regimental necessário.

"Queremos andar com um texto consensuado, com uma consulta ampla aos líderes. O trâmite da PEC na Câmara é bem mais complexo que no Senado e tentaremos abreviar ao máximo o tempo, se houver acordo de convergência com os líderes", afirmou.

"Todos conhecem as opções que estão postas na mesa. Portanto, que fique claro que há o compromisso do respeito ao teto, de pagar efetivamente os precatórios e abrir caminhos para negociação para fazer qualquer acerto de contas público e privado dessas dívidas. Há por fim a criação do novo programa social, que é imperioso que seja neste ano", completou.

O presidente da Câmara lembrou ainda que a votação da reforma do Imposto de Renda (IR) - já aprovada pelos deputados - no Senado é importante para garantir o financiamento do novo programa social do governo. "É importante que o projeto seja discutido em tempo hábil para que a gente possa concretizar esse programa ainda este ano", concluiu.

Segundo Pacheco, a proposta de reforma do IR já foi recebida no Senado e encaminhada para uma comissão.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/09/2021

RUMO ASSINA CONTRATO PARA CONSTRUIR FERROVIA DE 730 KM EM MATO GROSSO

Investimento será de R\$ 9 bilhões a R\$ 11 bilhões; sistema, construído em regime de autorização, põe todo o risco do projeto nas mãos da iniciativa privada

Por Juliana Estigarribia, O Estado de S.Paulo

A Rumo Logística assinou nesta segunda-feira, 20, contrato para construção da primeira ferrovia estadual de Mato Grosso, com investimento estimado entre R\$ 9 bilhões e R\$ 11 bilhões. O trecho será construído no regime de autorização. Diferentemente das concessões, o modelo prevê que 100% dos riscos fiquem nas mãos da iniciativa privada.

“No modelo de autorização, não existiria a possibilidade de reequilíbrio de contrato pela pandemia, por exemplo. É um regime novo, mas de certa maneira remete ao passado, pois lá atrás as ferrovias não eram estatais. As empresas construíam por sua conta e risco e concorriam entre si”, afirma o sócio de infraestrutura do Machado Meyer Advogados, Rafael Vanzella, referindo-se às primeiras estradas de ferro do País.

A Rumo vai construir um sistema com 730 km de extensão. Serão dois blocos, ambos partindo de Rondonópolis com destino a Cuiabá e Lucas do Rio Verde. O contrato prevê exploração de 45 anos, prorrogáveis por mais 45. A conclusão do primeiro ramal está prevista para 2026 e a do segundo, para 2030.



Rumo fará investimento estimado entre R\$ 9 bilhões e R\$ 11 bilhões para construir ferrovia no Mato Grosso.
Foto: Alan Santos/PR

No mês passado, foi editada uma medida provisória com o objetivo de desburocratizar o procedimento de autorização de novas ferrovias e facilitar a atração de investimentos privados no setor. Desde a assinatura, o governo federal já recebeu 11 pedidos de ferrovias em diversos Estados.

Nos cálculos do Ministério da Infraestrutura, as ferrovias transportam aproximadamente 20% das cargas no País. Com a liberação de projetos de autorização e grandes concessões previstas para o curto prazo, a participação do modal pode saltar para 40% em 2035.

No caso da ferrovia mato-grossense, não houve outros interessados no projeto além da Rumo. Segundo Vanzella, é esperado que em ferrovias o regime de autorização tenha atratividade limitada. “Ninguém no Brasil quer investir agora e recuperar somente no longo prazo. Esse tipo de projeto precisa ser estimulado”, observa. “O contrato da Rumo para a ferrovia mato-grossense simboliza um novo marco no setor de logística.”

Apetite x capacidade

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM), afirmou que, embora os estudos tenham mostrado que havia “apetite” no mercado para projetos dessa magnitude, este não é um empreendimento para “qualquer um”.

“Um investimento de quase R\$ 12 bilhões não é para qualquer um, o investidor precisa de capacidade e expertise. A Rumo é o maior player do Brasil neste setor. Era esperado que a empresa tivesse interesse, mas não houve outros interessados”, observou.

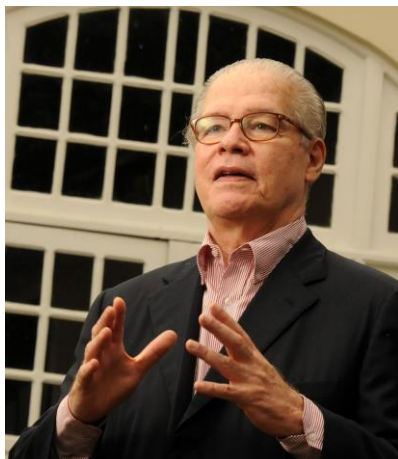
O presidente da Rumo, João Alberto Abreu, afirmou a jornalistas que, do ponto de vista das emissões de carbono, o transporte de longa distância e grandes volumes via ferrovias é muito mais vantajoso. “A pegada é muito menor.”

Ele disse que o projeto contribuirá ainda mais para o escoamento da safra de grãos, mas também para movimentar outros segmentos. “O mercado interno passa a ser fomentado com essa nova ligação.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 21/09/2021

voltar ao normal a partir do segundo semestre de 2022, diz Claudio Loureiro de Souza, diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), entidade que reúne grupos como Maersk, MSC e Hapag Lloyd.

Em conversa com o Valor, ele rebate questionamentos da indústria em relação à concentração do setor, afirma que os próprios críticos passaram por consolidação e diz que a resolução da crise passa também por uma liberação mais célere de navios e contêineres por parte de autoridades brasileiras e importadores.



Claudio Loureiro de Souza, diretor-executivo do Centronave, afirma que crise não deverá piorar nos próximos meses — Foto: Leo Pinheiro/Valor

“Nossa percepção é que a crise não vai mais piorar. Há algumas semanas, havia uma forte preocupação de que os grandes congestionamentos dos portos chineses chegassem ao Brasil como um tsunami. Mas hoje a avaliação é que já aconteceu o que tinha que acontecer. A normalização será gradual, mas a crise deve durar até o segundo semestre de 2022.”

A cadeia logística global vive forte turbulência desde o início da pandemia. De um lado, a covid19 provocou o fechamento de portos, o afastamento de funcionários e uma maior demora na liberação dos contêineres e navios, atrasando os fluxos. De outro, a demanda por bens de consumo disparou, impulsionada pelo comércio on-line, o home office e o menor gasto das famílias com outras despesas, como serviços. O resultado é um verdadeiro caos no comércio marítimo, com atrasos constantes nas escalas, dificuldade das empresas para conseguir espaço nos navios, além dos fretes em patamar recorde

Em meio à crise, os grupos de navegação têm sido alvo de intensa pressão. Uma das acusações é que a concentração no mercado global de armadores, ocorrida nos últimos anos, é uma das causas do cenário atual. No Brasil, não há ações de órgãos antitruste em curso, tal como em outros países, mas há críticas de parte da indústria e do agronegócio.

Souza refuta os questionamentos e diz que as empresas estão utilizando sua capacidade total, tanto de navios, quanto de contêineres - inclusive, embarcações e equipamentos que normalmente já teriam sido aposentados estão sendo reparados e usados para garantir a oferta de espaço. “O problema não é do armador, é da cadeia logística global. As companhias estão trabalhando para mitigar os gargalos, mas são fatores que não estão sob controle das empresas”, afirma.

Dados do setor apontam que, no segundo trimestre de 2020, havia capacidade ociosa de 10% da frota marítima global. Já neste ano, a taxa é praticamente zero.

Em relação às acusações de concentração de mercado, ele diz que o processo foi fruto da crise econômica vivida pelo setor nos últimos anos, que levou à falência e à fusão de grupos. Souza também aponta que outros segmentos - inclusive atuais críticos das empresas de navegação - também passaram por consolidação.

“Estamos vivendo a infância da concentração no mundo da navegação, ainda vai acontecer muito mais. Na indústria aeronáutica, por exemplo, hoje temos dois fabricantes, nem por isso o preço de passagens aéreas subiu. Vemos isso na indústria farmacêutica, na automobilística, em todas as indústrias. Até mesmo segmentos que hoje reclamam são, eles mesmos, objeto de concentração. É assim que o mercado funciona, há uma busca por escala e rentabilidade.”

No Brasil, a percepção é que alguns fatores poderiam colaborar para uma retomada dos fluxos logísticos. Um deles seria uma liberação mais rápida de navios quando há suspeita de infecção.

“Não podemos ter navios parados 14 dias em quarentena. Temos total respeito às regras sanitárias, mas não é navio que pega covid, é o tripulante. Pedimos que o navio possa descarregar”, afirma ele. Além disso, Souza defende uma liberação mais rápida dos contêineres por parte da alfândega e dos importadores.

Apesar da forte tensão no mercado, Souza indica sinais da recuperação. Um deles é a retomada da produção de contêineres, que quase parou em 2020. Outro fator é que os navios encomendados pelos armadores deverão chegar ao mercado. “Se fala em 2023, mas é possível que alguns cheguem no fim de 2022.” Além disso, o avanço da vacinação e a retomada de hábitos de consumo anteriores à pandemia tendem a equilibrar a demanda.

Um fator importante a se observar, na avaliação do executivo, é a situação nos EUA, que hoje é o epicentro da crise logística mundial. “A grande incógnita é se a demanda americana vai se atenuar ou continuar acelerar. A expectativa é de desaceleração”, diz.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/09/2021

CRISE DA EVERGRANDE PODE AFETAR MINÉRIO DE FERRO E RECUPERAÇÃO DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

O esperado ajuste de preços para o minério de ferro deve vir de forma mais acelerada, mas ainda assim a balança comercial brasileira deve ter um superávit comercial robusto e recorde este ano

Por Marta Watanabe, Valor — São Paulo

O minério de ferro deve ser o primeiro item no qual o Brasil pode sentir os efeitos da crise da chinesa Evergrande sobre as exportações, segundo apontam analistas. Diretamente ligado ao setor da construção, o item é justamente o que tem mais impulsionado a recuperação da exportação brasileira em 2021.

O esperado ajuste de preços para o minério de ferro deve vir de forma mais acelerada, mas ainda assim a balança comercial brasileira deve ter um superávit comercial robusto e recorde este ano.

Enquanto as exportações totais brasileiras avançaram 37,4% de janeiro a agosto deste ano contra igual período do ano passado, os embarques de minério de ferro cresceram 127,3%.

A fatia do produto na exportação brasileira avançou de 10,4% para 17,2%. Com o desempenho, de janeiro a agosto deste ano, o Brasil exportou US\$ 32,4 bilhões em minério de ferro, já ultrapassando os US\$ 25,8 bilhões embarcados no ano passado inteiro.

Foi a China que deu o ritmo do avanço já que quase dois terços do minério de ferro exportado pelo Brasil tem como destino o mercado chinês. Os embarques de minério de ferro ao país asiático no acumulado até agosto atingiram US\$ 20,5 bilhões, também ultrapassando os US\$ 18,5 bilhões do ano passado inteiro.

Os preços, que devem ser os primeiros a sentir os efeitos de uma desaceleração da economia chinesa, são o fator que mais impulsiona hoje as exportações de minério de ferro.

Embora os valores embarcados do item tenham mais que dobrado de janeiro a agosto deste ano em relação a igual período do ano passado, o volume atingiu 233,35 milhões de toneladas e aumentou apenas 10,8% em igual período, o que deixa claro o efeitos dos preços.

Antes do caso Evergrande bater nos mercados esta semana, o preço do minério de ferro já vinha sofrendo ajustes. José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), destaca que esse efeito aparece nos dados oficiais de exportação de setembro. Na primeira semana de setembro o preço médio do minério de ferro exportado estava a US\$ 153 a

tonelada, baixando para US\$ 130 a tonelada na segunda semana e, no período seguinte, para US\$ 124 a tonelada.



Empreendimento da Evergrande na China — Foto: Qilai Shen/Bloomberg

A quantidade exportada em setembro, com média diária de 1,35 milhão de toneladas, está abaixo dos 1,78 milhão de toneladas também de média diária de igual mês do ano passado.

Para Castro, a tendência de redução de preços deve se manter nos últimos três meses do ano, mas ainda é difícil saber o nível de preços para

2022.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, diz que o ajuste de preços já esperado no curto prazo para o minério de ferro deve se acelerar com o caso Evergrande, o que deve levar a revisões de projeções de balança para 2022, mas não são esperadas quedas a níveis dramáticos e sim uma acomodação a preços mais próximos dos habituais, num processo de devolução da grande alta a que se chegou no início deste ano.

“O ciclo de preço de commodities pode ser mais curto do que se imaginava, mas de qualquer maneira o câmbio está bastante depreciado e dá sustentação aos preços em reais.

Para este ano, diz Vale, mesmo com revisões de projeções, a expectativa é ainda de superávit comercial robusto, com novo recorde, ainda que em níveis abaixo do esperado mais ao início do ano.

Castro também aponta que deve haver novo recorde, lembrando que o atual é de superávit de US\$ 56 bilhões, já considerando os ajustes metodológicos feitos pelo governo federal nos dados oficiais.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 21/09/2021

EMPRESA JAPONESA QUER LANÇAR NAVIO DE CARGA MOVIDO A AMÔNIA ATÉ 2026

Como os tanques de amônia precisam ser extremamente herméticos, o navio de Imabari deve custar pelo menos 30% mais para construir em comparação com um navio de carga convencional
Por Nikkei Asia — Tóquio

Com a descarbonização emergindo como uma prioridade na tradicional indústria de transporte marítimo de emissões pesadas, a Imabari Shipbuilding do Japão pretende lançar um navio de carga que funciona inteiramente com amônia até 2026.

Nenhum navio movido a amônia foi construído até o momento, mas o combustível é considerado uma importante fonte de energia verde para o futuro. A Imabari pretende assumir a liderança no campo de vanguarda tanto em termos de tecnologia quanto de definição de regras, possivelmente recuperando parte da participação de mercado do Japão na construção naval perdida para a China e a Coreia do Sul nas últimas décadas.

A unidade de Imabari Nihon Shipyard desenvolverá um graneleiro capaz de transportar mais de 200 mil toneladas, projetado para transportar minério de ferro e outras cargas. Será construído no estaleiro Saijo de Imabari, na província de Ehime.

As embarcações movidas a hidrogênio também funcionam sem emitir dióxido de carbono na atmosfera. Mas liquefazer o hidrogênio para que possa ser facilmente transportado significa resfriá-lo a 253 graus Celsius negativos e apresenta risco de explosão. O hidrogênio também libera menos energia quando queimado do que o óleo pesado, de modo que os navios precisariam quadruplicar o tamanho de seus tanques de combustível para viajar a mesma distância com o hidrogênio, o que significa menos espaço de carga.

Enquanto isso, a amônia líquida precisaria ser resfriada a menos 33 graus C. Ela libera mais energia do que o hidrogênio quando queimada, de modo que os navios precisariam apenas 2,5 vezes mais armazenamento de combustível do que se estivessem funcionando com óleo pesado.

O novo navio de Imabari virá com bastante espaço para carga, bem como um tanque de armazenamento recém-desenvolvido que impede a evaporação da amônia. A trading house parceira Itochu montará postos de abastecimento em vários portos para que o navio possa encher um tanque menor com mais frequência

Como os tanques de amônia precisam ser extremamente herméticos, o navio de Imabari deve custar pelo menos 30% mais para construir em comparação com um navio de carga convencional. Ainda assim, a empresa espera uma demanda significativa à medida que mais transportadores e fornecedores de logística procuram reduzir as emissões durante o processo de embarque.

Os estaleiros japoneses controlavam 53% do mercado global em seu pico em 1984, de acordo com a IHS Markit. Mas esse número caiu para menos de 10% com o aumento da concorrência chinesa e sul-coreana mais barata. A Mitsui E&S Holdings decidiu basicamente parar de construir navios comerciais. A Japan Marine United também interromperá a construção de novos navios.

Os jogadores japoneses agora também estão sentindo o calor nos navios de carga da próxima geração, com rivais como a estatal chinesa Dalian Shipbuilding Industry Company e a sulcoreana Samsung Heavy Industries, que acreditam estar fazendo incursões com amônia. Imabari trabalhará em estreita colaboração com organizações internacionais de definição de regras na esperança de obter uma vantagem na comercialização da tecnologia.

A amônia é tóxica. Mesmo pequenas quantidades no ar podem causar asfixia, e salvaguardas, como impedir que o combustível entre nas cabines, serão críticas para o uso na vida real em navios. A Imabari pretende fazer parceria com grupos como o American Bureau of Shipping e o Norwegian-German DNV para estabelecer padrões técnicos para os navios à frente de seus concorrentes, a fim de atrair mais pedidos.

A amônia deve responder por 46% da energia consumida no transporte marítimo em 2050, acima dos 8% projetados para 2030 e mais que o dobro do hidrogênio, de acordo com a Agência Internacional de Energia. Muitas companhias de navegação já estão fazendo planos para incorporar o combustível em suas frotas.

A Mitsui O.S.K. Lines planeja adquirir um navio movido a amônia em 2028, dois anos antes de seu cronograma anterior. Ela vai investir 900 bilhões de ienes (US\$ 8,18 bilhões) até 2035 para criar uma frota de 110 navios movidos a amônia e outros combustíveis de próxima geração.

"Esperamos que os motores movidos a amônia sejam desenvolvidos em 2025 e que os navios equipados com esses motores estejam disponíveis por volta de 2027 ou 2028", disse Toshiaki Tanaka, diretor de meio ambiente e sustentabilidade da Mitsui O.S.K.

"O desenvolvimento de navios movidos a amônia está avançando mais rápido do que o esperado e podemos adotar a tecnologia antes de 2034", disse Takaya Soga, diretor executivo sênior da Nippon Yusen. O transportador marítimo espera implantar uma transportadora de automóveis movida a amônia já no ano fiscal de 2029.

Os novos objetivos das montadoras são descarbonizar todo o ciclo de vida dos veículos, desde a produção e transporte até o descarte. A Volkswagen exige que os transportadores usem embarcações que queimam gás natural liquefeito, que emite menos dióxido de carbono do que o óleo combustível.

Com os clientes de transporte prontos para fazer mais demandas de descarbonização, os transportadores marítimos e os construtores navais estão tomando a iniciativa de responder a essas estipulações.



Imabari Shipbuilding — Foto: Reprodução/Imabari Shipbuilding

O desenvolvimento está avançando em motores de combustível de amônia. A MAN Energy Solutions, com sede na Alemanha, pretende comercializar um motor de amônia para grandes navios em 2024. No Japão, a Mitsui E&S Holdings está desenvolvendo um motor que será fornecido à Imabari. O GNL é atualmente o combustível de escolha para enviar navios verdes. O

GNL emite 20 a 30% menos dióxido de carbono do que o óleo combustível. Mas, como o mercado de transporte marítimo despencou no passado recente, "os transportadores japoneses pararam de implantar" navios de GNL, disse uma fonte da Imabari

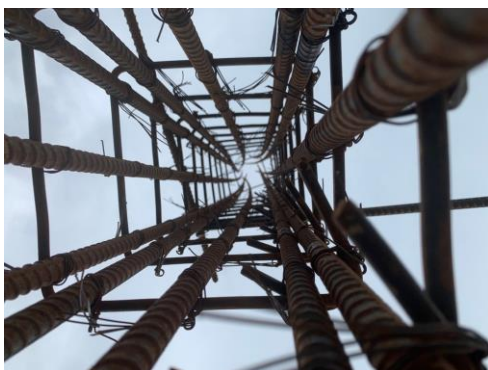
Enquanto isso, a China expandiu a adoção de navios GNL e parece que quase todos os navios porta-contêineres usam esse combustível. Como os construtores navais chineses desenvolveram tecnologia para fazer tanques de GNL a baixo custo, os rivais japoneses não podem facilmente recuperar terreno neste campo a curto prazo. A capacidade do Japão de assumir a liderança no lançamento de navios ecológicos para a próxima geração provavelmente determinará se a indústria nacional de construção naval irá afundar ou permanecer à tona.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 21/09/2021

VENDAS DE AÇO VOLTAM A CRESCER EM AGOSTO EM RELAÇÃO A JULHO, APONTA INDA

No entanto, no comparativo com o mesmo mês do ano passado, o cenário ainda é de queda
Por Ana Paula Machado, Valor — São Paulo

As vendas de produtos siderúrgicos começam a reverter a curva. No mês passado, segundo dados do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), foram comercializadas 274,5 mil toneladas, uma alta de 5% em relação a julho. No entanto, no comparativo com o mesmo mês do ano passado, o cenário ainda é de queda. Em agosto de 2020, foram vendidas 373,8 mil toneladas, o que implica em um recuo de 26,6%.



O quadro é similar no que se refere a compras de aços. Segundo dados do Inda, 302,5 mil toneladas foram adquiridas em agosto, um pequeno recuo de 2% no comparativo o mesmo mês de 2020 e uma alta de 2,2% em relação às compras de julho.

Vergalhão; aço; obras; construção — Foto: Anna Seeley/Unsplash

Os estoques, de acordo com os dados do Inda, somaram 848,2 mil toneladas, o que representa 3,1 meses de vendas. Com isso, os distribuidores chegaram a um volume regulador considerado normal, pelo Inda. Segundo os dados, as importações de produtos

siderúrgicos em agosto chegaram a 189,7 mil toneladas. Esse volume representou alta de 219,7% em relação ao mesmo período do ano passado. No comparativo a julho, entretanto, as importações foram 10,2% menores.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/09/2021

ALCOA ANUNCIA RETOMADA DE OPERAÇÃO EM SÃO LUÍS PARA PRODUZIR ALUMÍNIO

Custo total do reinício das operações será de US\$ 75 milhões, sendo US\$ 10 milhões em gastos de capital

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo

A Alcoa anunciou na noite de segunda-feira (21) que pretende retomar a produção de 268 mil toneladas por ano de alumínio na sua planta da Alumar, em São Luís (MA), que estava paralisada desde 2015.

O processo para reiniciar a fundição irá começar imediatamente. A empresa americana prevê que a produção será retomada no segundo trimestre de 2022, com a capacidade total sendo alcançada no último trimestre do ano que vem.

A retomada na produção vai envolver a contratação de mais de 750 novos empregados que se somarão aos 850 que já trabalham na refinaria do metal. A Alumar tem como sócia minoritária a australiana South32 e tem capacidade total de 447 mil toneladas.

“A retomada é uma decisão baseada na análise de que a fundição pode ser competitiva nos ciclos, ajudada por ser um empreendimento conjunto, com força de trabalho robusta e acordos competitivos de energia renovável”, diz John Slaven, diretor operacional da Alcoa, em nota. De acordo com a Alcoa, o custo total do reinício das operações será de US\$ 75 milhões (cerca de R\$ 400 milhões), sendo US\$ 10 milhões em gastos de capital. Neste quarto trimestre o impacto no balanço será entre US\$ 15 milhões e US\$ 20 milhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/09/2021

CUSTOS ELEVADOS INIBEM PROJETOS OFFSHORE

Tecnologias como dessalinização e geração de energia a partir das ondas do mar têm adoção lenta

Por Carmen Nery — Do Rio

Embora o desenvolvimento e a adoção ainda sejam lentos, tecnologias como dessalinização, captação de vapor para transformação em água potável, geração de energia a partir das ondas do mar, energia eólica e solar offshore prometem, no futuro, resolver uma série de problemas ambientais. No Rio de Janeiro, o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ), vem pesquisando, algumas dessas tecnologias.

Segen Estefen, coordenador do laboratório de tecnologia submarina da Coppe/UFRJ, afirma que todas as tecnologias de aproveitamento de fontes renováveis do mar podem se beneficiar das técnicas utilizadas no setor de petróleo offshore. Desde 2001, o laboratório lida com fontes oceânicas visando a geração de energia e dessalinização.

A mais antiga, discutida desde os anos 1970 devido à crise do petróleo, é a energia de ondas do mar. No mundo, já houve mais de 20 conceitos testados em escala real. Mas não há ainda nenhum operando comercialmente. “É preciso ainda incorporar novos desenvolvimentos para reduzir o custo da energia, que é três vezes superior a solar e eólica”, diz Estefen.

No Brasil, o desenvolvimento começou na Coppe, em 2001, e, após testes internos, a instituição fez um contrato de R\$ 15 milhões com a Tractebel - adquirida pela Engie - e acordo com o governo do Ceará para teste em escala real, entre 2009 e 2014, no Porto do Pecém. “Depois de 2014, houve um teste financiado por Furnas próximo à Ilha Rasa, no Rio. Antes da pandemia, tivemos muitas discussões com a empresa para a continuidade e estamos aguardando”, diz Stefen. De acordo com Furnas, não há previsão, no momento, de aprovação para uma segunda fase do projeto.

Uma tecnologia oceânica mais recente é a solar flutuante, em que são instaladas estruturas no mar com painéis solares, com ingresso na rede elétrica por meio de cabos que se conectam ao ponto grid mais próximo.

Quanto à eólica offshore, o principal apelo é a escala. Em terra, há turbinas de 5 MW a 6 MW. No mar, já estão sendo projetadas turbinas a partir de 15 MW. Esses equipamentos são inviáveis em terra, e nem há como transportar. As turbinas serão construídas nos estaleiros e transportadas pelo mar. No Brasil, já há mais de 20 pedidos de licenciamento ambiental para parques eólicos offshore.

“Empresas de petróleo como a Equinor, que tem projeto para a instalação de parques eólicos na costa brasileira, querem eletrificar sua produção para reduzir as emissões. Devido ao aquecimento global, estão buscando, na tecnologia eólica offshore, uma saída financeira para seus investimentos em energia”, destaca Stefen.

A maior planta de dessalinização de água do mar entrou operação na ArcelorMittal Tubarão, em setembro, no Espírito Santo. Com investimentos de R\$ 50 milhões, o sistema tem capacidade para dessalinizar 500 m³/hora de água, que substituirá parte do volume consumido do rio Santa Maria da Vitória.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/09/2021

ANEEL AVALIA TRÊS PROJETOS DE USINA EÓLICA OFFSHORE, MAS DEVE AGUARDAR REGULAÇÃO ESPECÍFICA

Projetos também precisam do aval de outros órgãos, como o Ibama, a Superintendência de Patrimônio da União e a Marinha do Brasil

Por Gabriel Vasconcelos, Valor — Rio



Foto : Adriano Machado/Bloomberg

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) analisa os pedidos de autorização para instalação de duas usinas eólicas offshore no Ceará, mas tende a aguardar o amadurecimento de uma regulação específica para o setor, o que deve acontecer em 2022.

A informação foi dada pelo assessor da diretoria da Aneel, Daniel Vieira, em seminário on-line sobre a regulação do setor organizado nesta terça-feira (21) pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Segundo Vieira, o maior dos projetos em análise pelo diretor-relator dos processos na Aneel é a usina eólica marítima de Asa Branca I, no Ceará, com capacidade de 720 MW. O empreendimento, da Eólicas do Brasil, chegou a obter uma primeira autorização da Aneel, mas com base no regramento válido para usinas eólicas em terra, o que não deve bastar.

Por ora, a recomendação da área técnica da agência aos diretores que analisam os projetos é aguardar as regras para a operação em alto mar antes de emitir os chamados despachos de

requerimento de outorga (DRO), primeiro documento que autoriza a geração de energia. Vieira disse, no entanto, que o relator dos processos e a diretoria podem ou não seguir as recomendações dos técnicos.

"A recomendação da área técnica foi não dar o DRO e incluir o assunto na agenda regulatória. Mês que vem, em outubro, a sociedade vai ser convidada a participar dessas atividades da Aneel", disse ele sobre o envio de sugestões à regulação da geração eólica no mar. Pelo calendário, a publicação do regramento só deve acontecer no ano que vem.

Além das autorizações da Aneel, esses projetos precisam do aval de outros órgãos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Superintendência de Patrimônio da União e a Marinha do Brasil. Essas autorizações podem acontecer em paralelo ao trâmite do processo na Aneel e dizem sobre o local de instalação das usinas - área pública - e seu impacto ambiental e no tráfego marítimo.

A segunda usina eólica no mar em avaliação pela Aneel terá capacidade para produzir 576 MW, disse Vieira. Ele não foi específico, mas trata-se do projeto Caucaia, da Bi Energia. O projeto prevê a instalação de 48 aerogeradores em mar aberto (576 MW) e outros 11 na extremidade dos molhes, extensões de terra ou pedra (22 MW). Vieira disse que existe ainda um terceiro pedido em tramitação na agência, mas ainda em fase inicial de análise pela área técnica da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG).

De acordo com Vieira, a regulamentação específica do setor deve contemplar quatro aspectos principais: a definição da área de instalação das usinas, que no onshore envolve negociações privadas, mas no offshore depende mais da União; o estabelecimento dos prazos para a realização dos projetos, que deverão ser mais longos que os utilizados para instalações em terra; a conexão com a rede; e diretrizes de acompanhamento dos projetos pela Aneel.

Sobre o terceiro ponto, Vieira informou que é preciso haver um tratamento especial e aprofundamento da regulação sobre a conexão com a rede de transmissão porque, no caso de usinas eólicas no mar, isso deve responder, em média, por 21% do custo do empreendimento - variando com relação à distância da costa e a infraestrutura nela instalada - enquanto em usinas em terra, gira em torno de 10%.

Eólicas offshore para eletrificar plataformas de petróleo e gás

Presente no evento, o diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Raphael Moura, disse que as eólicas offshore estão "no centro de qualquer debate sobre transição energética bem sucedido".

Ele lembrou que a ANP aprovou, em 2020, resolução sobre o descomissionamento e transferência de ativos ligados à indústria do petróleo em alto mar, seja para extensão de sua vida útil ou para sua adaptação a outros fins, como o suporte ou integração com unidades eólicas capazes de alimentar as plataformas de produção de petróleo e gás. Segundo ele, os investimentos necessários à reutilização e ao licenciamento de ativos offshore da indústria de petróleo são menores que o do lançamento de novas estruturas e, por isso, devem ser cada vez mais considerados pelo mercado.

"Há possibilidade de utilização dos ativos para outros fins. Isso é tema da regulação da ANP. Um deles é a geração de energia [eólica] de que a gente está tratando", afirmou. "Basicamente teremos as subestações eólicas offshore e a eletrificação das plataformas a partir dessas instalações, além de possibilidades futuras como a geração do hidrogênio offshore a partir da energia eólica", continuou o diretor da ANP.

Moura disse ver na geração de energia eólica em águas profundas para eletrificação das plataformas o caminho para a neutralização das emissões de gases poluentes nos campos de produção de petróleo e gás no Brasil. Ele se refere às emissões ligadas à geração de energia a partir do gás natural ou diesel nas plataformas.

No Brasil, disse, levar eletricidade gerada em terra para plataformas em águas profundas pode ser inviável em função do custo da operação, o que muda com a instalação de usinas no mar. Ainda não existem no país instalações desse tipo, comuns em países com tradição petrolífera, como Holanda e Noruega. Mas Moura observou que as petroleiras em atividade no Brasil têm apresentado projetos nesse sentido e, de forma mais ampla, vêm incluindo em seus planos de negócios um nível de investimento crescente em geração eólica.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/09/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO

As inscrições seguem até o dia 19 de outubro.

Por G1 SE



Capitania dos Portos de Sergipe — Foto: Capitania dos Portos de Sergipe/ Arquivo

A Capitania dos Portos de Sergipe abriu, nesta segunda-feira (20), inscrições para processo seletivo, para preenchimento de vagas destinadas à admissão ao curso de formação de aquaviário marinho auxiliar de convés e marinho auxiliar de máquinas.

De acordo com a CPS, o curso tem como objetivo formar profissionais brasileiros de ambos os sexos, maiores de 18 anos, com escolaridade mínima do 6º ano do ensino fundamental, habilitados para prestar serviços gerais de convés e de apoio em embarcações com até 300 de arqueação bruta e potência propulsora menor do que 250 kW empregadas na navegação interior e na navegação de apoio portuário, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitânicas (NPCP), inclusive, como profissional, em embarcações de esporte e recreio.

Após pelo menos um ano de embarque e aprovação no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros poderão ascender ao nível dois e atuar como comandante/imediato de embarcações com arqueação bruta até 50 e potência propulsora menor do que 250 KW, inclusive as que transportam passageiros, e como profissional, em embarcações de esporte e recreio desde que empregadas na navegação interior e na navegação de apoio portuário.

Os interessados em participar do processo seletivo, poderão se inscrever de forma presencial até o dia 19 de outubro, na Capitania dos Portos em Sergipe, no Grupo de Atendimento ao Público, que fica na Avenida Ivo do Prado, 752, Bairro São José, em Aracaju. O atendimento acontece de segunda a sexta-feira é das 8h20 às 11h40 e o curso tem previsão de início no dia 22 de novembro.

Mais informações podem ser obtidas com a Divisão de Ensino Profissional Marítimo, através do telefone (79) 3711-1611.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 21/09/2021

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

ANAC COLOCA EDITAL DE PRIVATIZAÇÃO DE CONGONHAS E SANTOS DUMONT EM CONSULTA PÚBLICA

Agência receberá contribuições por 45 dias e concluirá regras do certame
Por **Julio Wiziack**



Movimentação no aeroporto de Congonhas em abril de 2020, quando chegou a ter apenas sete voos para em um dia devido ao novo coronavírus - Danilo Verpa - 2.abr.2020/Folhapress

BRASÍLIA - A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) decidiu nesta terça-feira (21), por unanimidade, colocar em consulta pública as regras do edital de privatização dos últimos 16 aeroportos vinculados à Infraero, incluindo Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ).

A partir de agora, interessados em participar do leilão ou qualquer cidadão poderá apresentar suas contribuições do edital. A consulta ficará disponível por 45 dias.

A agência fará então uma compilação das contribuições que, eventualmente, serão incluídas no edital. Depois disso, o processo seguirá para a análise do TCU (Tribunal de Contas da União) e devolvido para a Anac, que poderá acatar recomendações, antes de publicar o edital.

O governo espera que o tribunal julgue o edital até meados de janeiro de 2022. Qualquer atraso vai atrapalhar o plano do ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), que deve disputar a eleição para governador de São Paulo e quer antecipar o leilão para março.

Tarcísio deverá ser o candidato de Jair Bolsonaro e terá de deixar o cargo até 2 de abril por uma exigência legal.

Embora o ministro saiba que não tem chances, foi obrigado a acatar o pedido de Bolsonaro, que pretende ter uma plataforma política em São Paulo. Tarcísio queria se lançar candidato ao Senado pelo estado de Goiás ou Mato Grosso.

Tarcísio quer antecipar o leilão em um mês para tentar blindar a concessão dos 16 aeroportos, processo que encerra a privatização da Infraero.

Pessoas que acompanham o ministro afirmam que ele está preocupado com a contaminação política desses projetos.

Desde as manifestações de cunho golpista no 7 de setembro estimuladas por Bolsonaro, Tarcísio vem se explicando com investidores que estavam interessados em disputar as concessões. O próprio ministro participou das manifestações em São Paulo ao lado de Bolsonaro.

Nas conversas, os estrangeiros, especialmente os que ainda não conhecem o país onde pretendem fazer investimentos, ficam preocupados não só com a troca do governo, mas também com a mudança nos rumos dos projetos de infraestrutura.

Por isso, Tarcísio passou a pressionar ao máximo sua equipe para que ao menos o leilão desses aeroportos seja realizado com sucesso. Se isso ocorrer, o ministro terá ainda mais o que apresentar durante a campanha.



O leilão da última rodada de aeroportos da Infraero vai contar com 16 aeroportos agrupados em três blocos (RJ-MG; Norte II; e SP-MS-PA).

No total, os investimentos previstos são de R\$ 8,5 bilhões ao longo dos 30 anos da concessão e o vencedor terá de arcar ainda com quase R\$ 1,9 bilhão para quitar despesas trabalhistas de servidores da Infraero que aderirem ao PDV (Plano de Demissão Voluntária) dos blocos RJ-MG e SP-MS-PA. O Ministério de Infraestrutura estima que a concessão deverá gerar 130 mil empregos diretos e indiretos.

Pelas regras, os vencedores terão de pagar uma outorga inicial e outra variável ao longo da concessão que se baliza pela receita de cada aeroporto.

Quem vencer a disputa encabeçada por Congonhas (SP) terá de levar também outros nove — Campo de Marte (SP); Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã (MS); Santarém, Marabá, Altamira e Carajás (PA).

Congonhas é um dos aeroportos mais movimentados do país. Sozinho, deverá receber investimentos de R\$ 3,5 bilhões, concentrando 66% dos recursos de todo o bloco.

O vencedor desse bloco pagará uma outorga inicial de R\$ 487,1 milhões e as parcelas variáveis vão girar em torno de 10,60% desse valor. Também vai arcar com R\$ 1,7 bilhão de indenizações a servidores da Infraero que optarem por se desligar voluntariamente.

Já o bloco RJ-MG terá como carro-chefe Santos Dumont, que concentrará investimentos de R\$ 1,3 bilhão, cerca de metade do total. A outorga inicial será de R\$ 355 milhões e a variável, 15,54% desse valor. Para o plano de demissão, será preciso gastar R\$ 227,8 milhões.

No bloco Norte II, o aeroporto de Belém (PA) receberá quase R\$ 750 milhões em investimentos. A diferença (R\$ 119,5 milhões) será direcionada para o aeroporto de Marabá. A outorga inicial é de R\$ 55,5 milhões e 6,89% desse valor será pago como outorga variável ao longo da concessão. Não há previsão de indenizações trabalhistas porque os funcionários que ali atuam foram remanejados.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 21/09/2021

PETROLEIRA SHELL PREVÊ R\$ 3 BI EM PROJETOS FOCADOS EM ENERGIA SOLAR NO BRASIL

Empresa também vê oportunidades em gás e eólicas no mar; cronograma de investimento se estende até 2025

Por Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO - Como parte de estratégia global para compensar suas emissões de carbono, a petroleira anglo-holandesa Shell prevê R\$ 3 bilhões em investimentos em projetos de energia no país até 2025, com foco em usinas solares.

Os planos foram apresentados nesta terça-feira (21) em entrevista para divulgar a nova marca da companhia no segmento, Shell Energy, que ficará responsável por produzir e comercializar energias renováveis e gás natural.

"A marca dá suporte à estratégia da Shell de zerar suas emissões líquidas até 2050", disse o diretor de Renováveis e Soluções de Energia da Shell Brasil, Guilherme Perdigão.

Maior produtora privada de petróleo no país e sócia da segunda maior distribuidora de combustíveis, a Raízen, a Shell anunciou em julho seu primeiro projeto de energia solar no Brasil, em parceria com a siderúrgica Gerdau.

Juntas, as duas investirão em uma usina no norte de Minas Gerais com potência de 190 MW (megawatts). No momento, a carteira de projetos da Shell no setor soma 2,7 GW (gigawatts) e a meta é atingir a marca de 5 GW até 2025.

O processo esbarra, porém, em restrições de acesso à rede de transmissão, hoje pressionada pelo elevado número de projetos renováveis no país, diz a gerente de Desenvolvimento de Energias Renováveis da companhia, Gabriela Oliveira.

A Shell Energy quer atuar também no segmento de eólicas, com foco nas usinas instaladas no mar, conhecidas como eólicas offshore —fonte que vem crescendo na Europa e nos Estados Unidos, mas ainda sem regulamentação no Brasil.

"É um segmento novo e a gente está muito ansioso para entender o decreto que o governo vai divulgar até o fim do ano para estabelecer um marco regulatório para essa fonte limpa e renovável", disse Oliveira.

Na carteira de investimentos em energia, está ainda a conclusão e possível ampliação da térmica Marlim Azul, que a empresa constrói em Macaé, no norte fluminense, com capacidade para gerar 560 MW.

O projeto tem início de operações previsto para 2023, mas a companhia já pensa em disputar o próximo leilão de energia térmica do governo, que ocorrerá no fim do ano, com uma ampliação da usina.

No negócio de gás, há planos ainda de construir um terminal de importação do combustível como parte da estratégia de buscar novos clientes com a abertura do mercado nacional. Em agosto, a companhia assinou acordo com a distribuidora pernambucana Copergás para fornecer parte da demanda do estado.

Com a redução da fatia da Petrobras no segmento, a expectativa é que se abram novas oportunidades para outros fornecedores, tanto empresas que produzem gás no Brasil quanto empresas dispostas a importar o combustível.

Fonte: Folha de São Paulo - SP
Data: 21/09/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SHELL AGUARDA MARCO REGULATÓRIO PARA TOCAR PROJETOS EÓLICOS OFFSHORE NO BRASIL

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 21 Setembro 2021



Arquivo/Divulgação

Nesta terça-feira (21), empresa lançou marca 'Shell Energy' no país. Segmento é voltado para as atividades do grupo com foco em transição energética e descarbonização.

A Shell Energy está atenta às discussões sobre a regulamentação da atividade de geração de energia eólica offshore no Brasil. A gerente de desenvolvimento de energias renováveis, Gabriela Oliveira, disse, nesta terça-feira (21), que a entrada da empresa em projetos desse segmento depende da aprovação do marco regulatório pelo governo brasileiro. Ela ressaltou que a empresa hoje está 100% focada no desenvolvimento de ativos onshore, mas

já está olhando de mente aberta para a entrada nesse novo segmento de eólicas offshore, junto com marco regulatório que o governo pretende anunciar até o final do ano.

Gabriela acrescentou que os investimentos também vão olhar para o desenvolvimento da indústria do hidrogênio verde. “Na parte de eólicas offshore é o início de entrada no mercado. O governo ainda está elaborando o marco regulatório. Estamos ansiosos para entender o que vai ser e acredito que parte do interesse será também para o desenvolvimento dessa nova e potencial indústria do hidrogênio verde”, disse Gabriela durante coletiva de imprensa para detalhar o lançamento da marca Shell Energy no Brasil.

O segmento do grupo é voltado para as atividades da empresa com foco em transição energética e descarbonização. O negócio Shell Energy Brasil irá produzir e comercializar energia elétrica limpa por usinas solares e eólicas, e energia de baixo carbono por térmicas a partir do gás, além de oferecer produtos ambientais como certificados de energia renovável e compensações de carbono.

A gerente disse que o momento é de engajamento junto ao governo a fim de trazer a experiência do grupo com segmento offshore no exterior, permitindo o entendimento da parte de estabelecer o marco que dê segurança sobre o uso do território marítimo para possibilitar que desenvolvedores comecem a fazer estudos elaborados e com seriedade para viabilizar esses projetos offshore. Gabriela contou que a empresa se associou recentemente à Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) para tentar estabelecer as melhores práticas para desenvolvimento do segmento de eólica offshore.

O diretor de renováveis e soluções de energia da Shell Brasil e Shell Energy, Guilherme Perdigão, disse que o Brasil é um dos mercados estratégicos da divisão Energy, já apresentada apenas em países europeus, incluindo Turquia, e mais recentemente nos Estados Unidos (2020) e na Austrália (2021). “O lançamento da marca no Brasil reflete o esforço para a descarbonização e também as oportunidades abertas pela nova Lei do Gás e pela entrada de consumidores no mercado livre de energia elétrica”, destacou Perdigão.

A Shell Energy Brasil também é a primeira empresa privada a comercializar gás do pré-sal diretamente para distribuidoras, em contrato com a Companhia Pernambucana de Gás (Copergás), assinado em agosto de 2021. A empresa comercializa energia elétrica, gás e produtos ambientais desde 2017 e tem perspectiva de investimento de R\$ 3 bilhões até o final de 2025.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 21/09/2021

PL DA CABOTAGEM PASSA NA CAE E GOVERNO TENTA URGÊNCIA PARA LEVÁ-LO DIRETO A PLENÁRIO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 21 Setembro 2021



Divulgação Agência Senado

Texto aprovado, nesta terça-feira (21), acatou parcialmente emenda para retirar limite de viagens em afretamentos e tempo e manteve alíquota de 40% do AFRMM para transporte de combustíveis na navegação fluvial e lacustre nas regiões Norte e Nordeste. PL está previsto para discussão em outras 3 comissões do Senado.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, nesta terça-feira (21), o relatório do senador Nelsinho Trad (PSD-MS) sobre o projeto de lei da cabotagem (4.199/2020). O PL, que institui o programa BR do Mar, ainda deve passar pelas comissões de Agricultura e Reforma

Agrária (CRA), Constituição e Justiça (CCJ) e de Serviços de Infraestrutura (CI). O líder do governo no Senado, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), apresentou requerimento de urgência para que o projeto siga direto ao Plenário, mas o pedido ainda será votado.

Trad recomendou a aprovação do texto com 13 emendas, além de 22 das 44 sugestões oferecidas por outros parlamentares e acolhidas de forma total ou parcial. Após pedido de vistas coletivas na última semana, o relator acatou, parcialmente, uma emenda da senadora Kátia Abreu (PP-TO) que retira o limite de viagens por afretamento a tempo, desde que a autorização esteja vinculada a uma embarcação específica.

Na prática, tal medida abre o setor de cabotagem brasileira para navios estrangeiros. O relator justificou que essa prática evita a abertura indiscriminada para navios estrangeiros, ao mesmo tempo em que promove a competição, flexibiliza e desburocratiza os afretamentos a tempo, sem necessidade de constantes e excessivas circularizações.

O senador Nelsinho Trad também acatou, integralmente, a emenda 13, do senador Eduardo Braga, que mantém alíquota de 40% do recolhimento do Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para o transporte de granéis líquidos (combustíveis) na navegação fluvial e lacustre nas regiões Norte e Nordeste. Na sessão de hoje da CAE, o relator da matéria corrigiu ainda o voto para incluir entre as propostas acatadas a emenda 17, do senador Major Olímpio (PSL-SP), que morreu em março. O ajuste permite o uso do AFRMM, disponível na conta vinculada às EBNs, para pagamento de salários durante a pandemia. Segundo Trad, apesar do parecer favorável, esta emenda, por erro, não havia sido incluída anteriormente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/09/2021

AQUISIÇÃO DE 21 NOVAS BOIAS AUMENTA A SEGURANÇA NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 20 Setembro 2021



O Porto de São Francisco do Sul está mais seguro. Foram adquiridas 21 novas boias de sinalização que juntas custaram cerca de R\$ 4,9 milhões. A maior parte das estruturas foi fabricada pela Empresa Sináutica, também situada na cidade de São Francisco do Sul (SC).

São 15 boias articuladas, para sinalizar a entrada do Porto no canal externo; três boias BL1, para alertar sobre perigos isolados e três boias BLE ou cardinais. Todas já foram entregues.

Elas não terão movimentação, deslocamento com variação de posição. Assim, deixará os navegadores do canal de acesso seguros para ficarem próximos aos sinais náuticos luminosos. A troca para as boias BLE é focado em obter altura visual dimensionada próxima às articuladas, por ser mais robusta e segura para a visibilidade do navegante.

O modelo Articulado combina a vantagem de uma estrutura fixa com a praticidade das boias flutuantes. Ela é fixada numa poita de concreto de 12 toneladas conectada a uma haste vertical de aço carbono galvanizado "a fogo", que se estende além da superfície do mar, sustentando o sinal náutico, suas hastes ficarão visíveis a uma altura de nove metros acima do nível da água. Atualmente, as boias aparecem com 2,5 metros acima da água. A instalação fixa da boia articulada evita o deslocamento e possibilita um canal de navegação muito mais largo e melhor sinalizado, levando maior segurança aos usuários. Confeccionada em material misto (aço carbono e polietileno), proporciona durabilidade e baixa manutenção.

De acordo com o Gerente de Apoio Marítimo do Porto de São Francisco do Sul, Eduardo Mendes, a diferença técnica entre as boias antigas e as novas é o aumento considerável da visibilidade. As novas boias terão um ponto focal mais alto e com maior visibilidade vertical e horizontal, levando em conta sua fixação direta ao dispositivo de fundeio. "O lampejo dos novos instrumentos alcançará aproximadamente 10 milhas náuticas, equivalente a 18 quilômetros. Hoje, a luz chega a cerca de três milhas náuticas. Com as novas alterações, o canal de acesso ao Porto de São Francisco do Sul terá boias adequadas, que aumentarão a segurança da navegação diurna e noturna", explica Mendes.

A instalação deverá estar concluída até o fim do ano e contou com a aprovação da Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil. O Gerente de apoio Marítimo do porto destaca ainda que a otimização do trabalho é um fator determinante para a aquisição do novo equipamento. "A implantação do projeto ao longo dos 17 quilômetros do canal aumentará a segurança da sinalização náutica do Porto de São Francisco, melhorando significativamente a observação por parte dos navegantes e agilizando as operações dos navios", finaliza.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/09/2021

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LOG-IN DÁ PROSSEGUIMENTO À OFERTA DA MSC

Da Redação NAVEGAÇÃO 20 Setembro 2021

A Log-In Logística Intermodal informa, por meio de Fato Relevante, que o conselho de Administração da companhia dará continuidade à oferta de aquisição de controle acionário da companhia pela MSC.



"Em atendimento ao disposto no artigo 157, §4º da Lei nº 6.404/76 vem informar aos seus acionistas, investidores e ao mercado em geral que nesta data o Conselho de Administração da Companhia deliberou, com base na recomendação dos seus assessores externos e considerando ainda a manifestação favorável encaminhada à Companhia pelo seu maior acionista, autorizar a Diretoria a cooperar com os pedidos de informação necessários à análise pelo CADE da transação proposta pela SAS - Shipping Agencies Services, subsidiária integral da MSC Mediterranean

Shipping Company (MSC)", informa a Log-In.

O próximo passo é prestar aos representantes da MSC esclarecimentos sobre as informações públicas divulgadas pela companhia, "sempre observado, no interesse da Companhia, o dever de sigilo e as políticas e práticas da Companhia sobre tratamento de informações relativas aos negócios da Log-in", assinala o Fato Relevante.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/09/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 148/2021
Página 53 de 53
Data: 21/09/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006